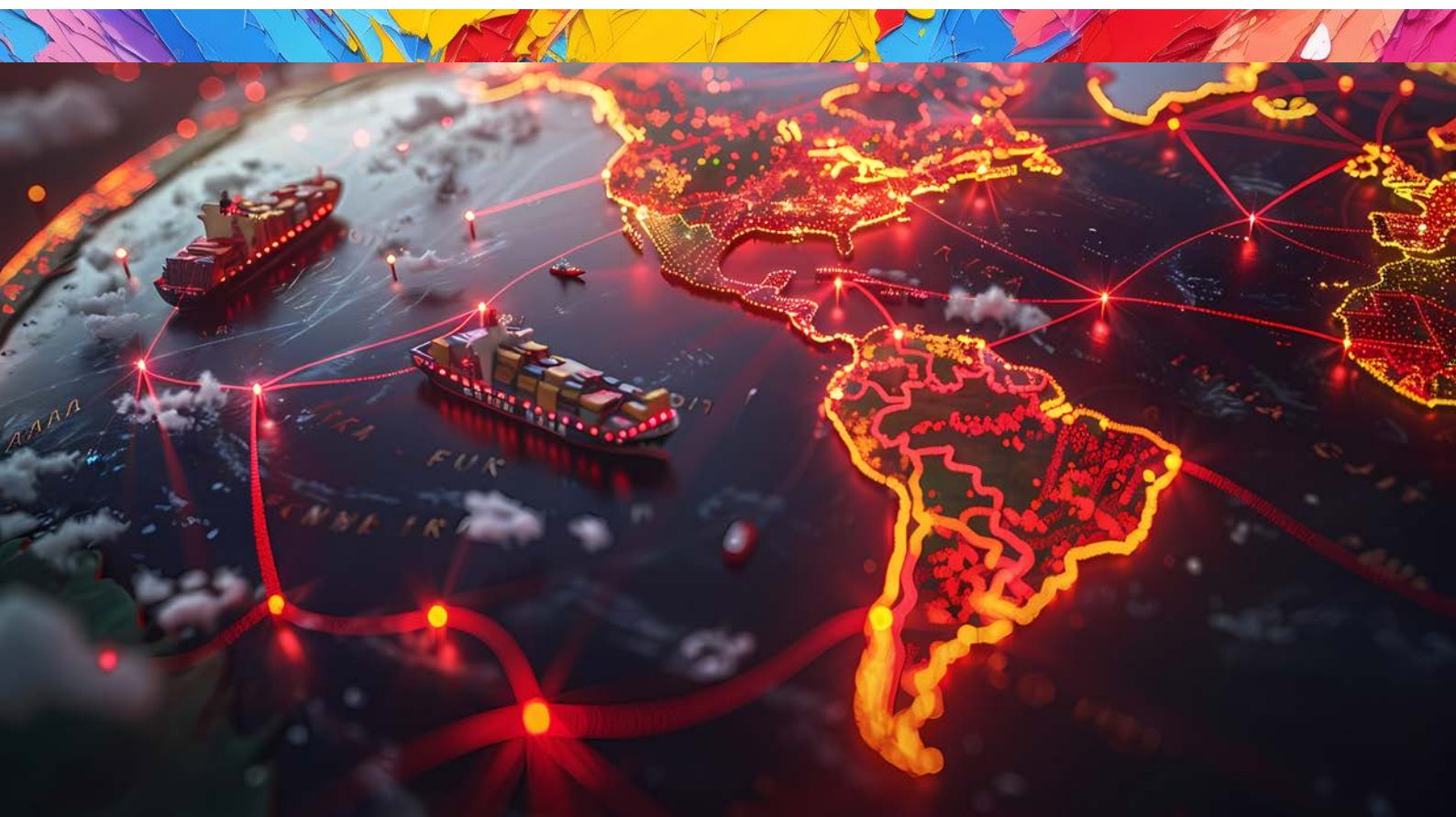


CIDADES INDUSTRIAIS BRASILEIRAS

Emprego, renda e níveis de atividade no período 2002-2022

Outubro/2024



FICHA CATALOGRÁFICA

DIEESE

Cidades industriais brasileiras: emprego, renda e níveis de atividade no período 2002-2022. DIEESE; SMABC; FEM. São Paulo, 2024.

53 f.

1 Mercado de Trabalho Industrial 2 Indústria 3 Emprego Industrial 4 Remuneração I. DIEESE II. Título III. Autor.

CDU 338.45

“A industrialização não é uma etapa obrigatória do desenvolvimento, mas uma estratégia decisiva para reduzir as desigualdades e promover a autonomia econômica.”

Celso Furtado



DIRETORIA - SINDICATO DOS METALÚRGICOS DO ABC

Presidente: Moisés Selerges Júnior

Vice-presidente: Carlos José Caramelo Duarte

Secretário Geral: Claudionor Vieira do Nascimento

Diretor Administrativo: Wellington Messias Damasceno

Coordenador Regional de São Bernardo do Campo: Jonas Brito da Silva

Coordenador Regional de Diadema: Antonio Claudiano da Silva

Coordenador Regional Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra: Marcos Paulo Lourenço

Diretora Executiva: Andrea Ferreira de Sousa

Diretor Executivo: Aroaldo Oliveira da Silva (licenciado)

Diretor Executivo: Luiz Carlos da Silva Dias

Diretor Executivo: Genildo Dias Pereira

SUBSEÇÃO DIEESE - SMABC

Equipe técnica responsável: Luís Paulo Bresciani, Warley Batista Soares, Anna Paula Pinheiro, Caroline Gonçalves e Lucas Rogério de Andrade Lima

Apoio: Silvana Martins de Miranda



DIRETORIA - DIEESE

Presidente – Maria Aparecida Faria - Sindicato dos Trabalhadores Públicos da Saúde no Estado de SP

Vice-presidente – José Gonzaga da Cruz - Sindicato dos Comerciantes de São Paulo

Secretário Nacional – Paulo Roberto dos S. P. Junior - Sindicato dos Trabalhadores nas Ind. Metal. de Curitiba

Diretor Executivo – Alex Sandro F. da Silva - Sindicato dos Trabalhadores nas Ind. Metal. de Osasco e região

Diretor Executivo – Carlos Andreu Ortiz - CNTM – Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos

Diretora Executiva – Cecília Margarida Bernardi - Sindicato dos Empregados em Emp. de Assessoramentos RS

Diretor Executivo – Claudionor Vieira do Nascimento - Sindicato dos Metalúrgicos do ABC

Diretora Executiva – Elna Maria de Barros Melo - Sindicato dos Servidores Públicos Federais do Estado de PE

Diretor Executivo – Gabriel Cesar Anselmo Soares - Sindicato dos Trabalhadores nas Ind. de Energia Elétrica de SP

Diretor Executivo – José Carlos Santos Oliveira - Sindicato dos Trabalhadores nas Ind. Metal. de Guarulhos

Diretora Executiva – Marta Soares dos Santos - Sindicato dos Empregados em Estab. Bancários de São Paulo

Diretor Executivo – Paulo de Tarso Guedes de Brito Costa - Sindicato dos Eletricistas da Bahia

Diretora Executiva – Zenaide Honório - Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo

DIREÇÃO TÉCNICA

Adriana Marcolino – Diretora Técnica

Patrícia Pelatieri – Diretora Adjunta

Victor Gnecco Pagani – Diretor Adjunto

Eliana Elias – Diretora da Escola DIEESE de Ciências do Trabalho

COORDENAÇÃO TÉCNICA

Fernando Lima - Supervisor Técnico do Escritório Regional em São Paulo (ER-SP)

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	5
2. O MERCADO DE TRABALHO INDUSTRIAL NOS ESTADOS E CIDADES BRASILEIRAS EM 2022	7
2.1. A INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO NO BRASIL	7
2.2 O COMPORTAMENTO INDUSTRIAL DOS ESTADOS BRASILEIROS	9
2.3 AS CIDADES INDUSTRIAIS BRASILEIRAS	12
3. O COMPORTAMENTO DO MERCADO DE TRABALHO INDUSTRIAL DE 2002 A 2021	16
3. 1 A DINÂMICA DO EMPREGO INDUSTRIAL NOS ESTADOS	17
4. O COMPORTAMENTO DA ATIVIDADE INDUSTRIAL NAS CIDADES	22
4.1 A MUDANÇA DE POSIÇÃO DAS CIDADES NO RANKING DO EMPREGO INDUSTRIAL	28
4. 2 A MUDANÇA DE POSIÇÃO DAS CIDADES NA REMUNERAÇÃO DO EMPREGO INDUSTRIAL	29
4.3 AS 50 CIDADES BRASILEIRAS COM MAIOR PARTICIPAÇÃO DO EMPREGO INDUSTRIAL	32
5. VALOR ADICIONADO BRUTO DA INDÚSTRIA	38
6. O RETRATO DA INDÚSTRIA NO GRANDE ABC EM 2022	42
6.1 A INDÚSTRIA DO GRANDE ABC NO PERÍODO 2002/2012/2021	43
7. OS DESAFIOS DA RETOMADA A PARTIR DA NIB	47
8. REFERÊNCIAS	51

1. INTRODUÇÃO

O presente estudo, realizado pela Subseção DIEESE no Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, tem como objetivo apresentar o comportamento da indústria de transformação nas principais cidades industriais brasileiras entre 2002 e 2022. As variáveis consideradas são a quantidade de vínculos do emprego formal, o comportamento da remuneração e a movimentação dos estabelecimentos, além do nível de atividade mensurado pelo valor adicionado na indústria, nesse mesmo período.

O estudo tem como premissa o caráter estratégico da indústria para o país, devido à capacidade desse segmento de dinamizar a economia por meio de diferentes cadeias produtivas, entrelaçadas também com as atividades da agropecuária, mineração e extrativismo, do comércio e dos serviços.

Entre 2002 e 2012, o emprego e a atividade industrial cresceram, mas entre 2013 e 2022 houve um acelerado movimento de desindustrialização, o que fez com que a reindustrialização se tornasse um dos objetivos nacionais prioritários no curto e médio prazo. Tal movimento, direcionado e convergente com a definição de missões estruturais de interesse da sociedade brasileira, orienta a concepção e implementação da nova política industrial a partir de 2024, denominada Nova Indústria Brasil (NIB).

No início do estudo, é tratada a questão da indústria de transformação no Brasil como um todo, nos 26 estados da Federação e no Distrito Federal em 2022.

Depois são apresentados o levantamento e análise da atividade industrial nos 100 municípios com maior quantidade de trabalhadores empregados no setor. Na sequência, é feita uma avaliação do comportamento do mercado de trabalho industrial entre 2002 e 2021, destacando as principais variações nos estados e municípios. Em seguida, há uma análise comparativa sobre a trajetória do emprego industrial entre 2002, 2012 e 2021, considerando vínculos, remuneração, estabelecimentos e valor adicionado. Por fim, é examinada a atividade industrial no estado de São Paulo e na região do Grande ABC, um dos principais polos industriais do país.

Os dados analisados vêm dos registros da Relação Anual de Informações Sociais (Rais) e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), ambos do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

É importante destacar que, devido a mudanças na metodologia e na captação de informações, os dados da Rais 2022 foram utilizados apenas para o painel mais atual da atividade, sem ser comparados com os indicadores de 2012 e 2002 - segundo o Ministério do Trabalho, a Rais 2022 considerou 185.498 novas empresas e 567.524 novos vínculos, e é a mais completa da história (BRASIL, 2022). Para o estudo comparado mais longo, que inclui os dados de 2002 e 2012, foi usada a Rais 2021, com a mesma metodologia dos dois outros períodos.

Visando ainda subsidiar a análise referente ao emprego, foram utilizadas informações da pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) sobre o Produto Interno Bruto dos municípios, como indicador de atividade econômica, especificamente no que se refere ao PIB industrial.

O estudo evidencia o enfraquecimento da indústria no período recente, sob impacto das políticas adotadas no âmbito macroeconômico e das mudanças nas relações de trabalho. Os dados públicos disponíveis mostram ligeira recuperação entre 2021 e 2022, mas a continuidade dessa trajetória dependerá da implantação bem-sucedida da política industrial apresentada pelo governo federal em janeiro de 2024, o que ainda é

cedo para verificar, especialmente no nível de atividade.

O estudo é concluído com uma reflexão a respeito da perspectiva de retomada industrial estruturada a partir da nova política industrial brasileira, a NIB, e da potencial repercussão dessa iniciativa sobre a trajetória econômica das principais cidades industriais do país. Lembramos a relevância de uma das diretrizes da NIB, a atualização tecnológica das regiões industriais maduras, que, se efetivada, pode fortalecer os elos intermediários da cadeia produtiva, ampliando especialmente as oportunidades de evolução para as pequenas e médias empresas que atuam como fornecedoras de insumos e serviços.



A RETOMADA INDUSTRIAL E OS PRÓXIMOS PERÍODOS DA TRAJETÓRIA DA INDÚSTRIA NO BRASIL DEPENDEM DA IMPLANTAÇÃO BEM-SUCEDIDA DO PLANO NOVA INDÚSTRIA BRASIL (NIB), DO GOVERNO FEDERAL.

2. O MERCADO DE TRABALHO INDUSTRIAL NOS ESTADOS E CIDADES BRASILEIRAS EM 2022

Avançar no recorte de mercado de trabalho industrial por estados e cidades é fundamental para a compreensão mais detalhada da dinâmica econômica, política e social do Brasil, país plural, com 27 unidades federativas, 5.568 municípios e vasto território. Espera-se que a abordagem aqui adotada possa ilustrar as especificidades regionais e

os desafios locais, assim como as oportunidades de desenvolvimento industrial. Entendemos que a análise das variações de indicadores industriais por cidades e regiões pode contribuir para a formulação de políticas públicas efetivas de fomento à indústria nacional, bem como reduzir as desigualdades socioeconômicas que marcam o Brasil.

2.1. A INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO NO BRASIL

A indústria de transformação (CNI, 2024) é considerada como o grande vetor de crescimento econômico em escala global no século XX, possuindo um papel central nas estratégias de desenvolvimento econômico de diferentes países. No caso brasileiro, é nesse período que surgem as primeiras fábricas de tecidos, alimentos e bebidas.

Nos anos 1930-1950 - época marcada pelo que pode ser considerado como o início da substituição de importações de bens industrializados, especialmente em função das restrições de oferta decorrentes da 2ª Guerra Mundial - o governo Getúlio Vargas implementa distintas políticas de industrialização, criando empresas e instituições como a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), a Fábrica Nacional de Motores (FNM), a Petrobras e o BNDE (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, atual BNDES).

Posteriormente, o Plano de Metas de Juscelino Kubitschek (1956-1961) consolidou a

industrialização acelerada do Brasil. Os expressivos investimentos estatais na geração de energia, o desenvolvimento do setor de petróleo e gás, a construção de rodovias, o desenvolvimento da indústria de base e o incentivo à indústria automobilística, colocaram o Brasil entre as principais nações industriais do planeta, ao longo da segunda metade do século XX.

Todavia, a partir dos anos 1990, houve um processo de desindustrialização precoce, interrompido apenas por uma breve retomada do crescimento entre 2002 e 2013. Vale destacar, em relação ao dinamismo e relevância desse segmento na economia brasileira, que a indústria de transformação se destaca como o centro das atividades de desenvolvimento tecnológico e inovação, responsável por 2/3 dos investimentos empresariais em pesquisa e desenvolvimento no país, com fator multiplicador de R\$ 2,67 a cada real gerado pela atividade industrial.

Atualmente, segundo dados da Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (Unido), divulgados pela CNI (Confederação Nacional da Indústria), a indústria de transformação brasileira é a 14ª maior do mundo e tem participação de 1,32% no valor da produção industrial global. Responde por 11,3% do PIB brasileiro e 24% da arrecadação dos impostos federais, além de ser o principal setor exportador do país, ao contrário do que geralmente se difunde sobre a relevância das commodities e do agronegócio. Em 2023, a indústria de transformação representou 52,5% das exportações brasileiras e 90,7% das importações, o que resultou em déficit setorial expressivo e preocupante, da ordem de US\$ 490 bilhões entre 2015 e 2023, devido à alta dependência em itens de média-alta e alta tecnologia.

No caso brasileiro, vale lembrar que a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) separa as atividades da indústria de transformação em 24 grupos: 1) indústria de

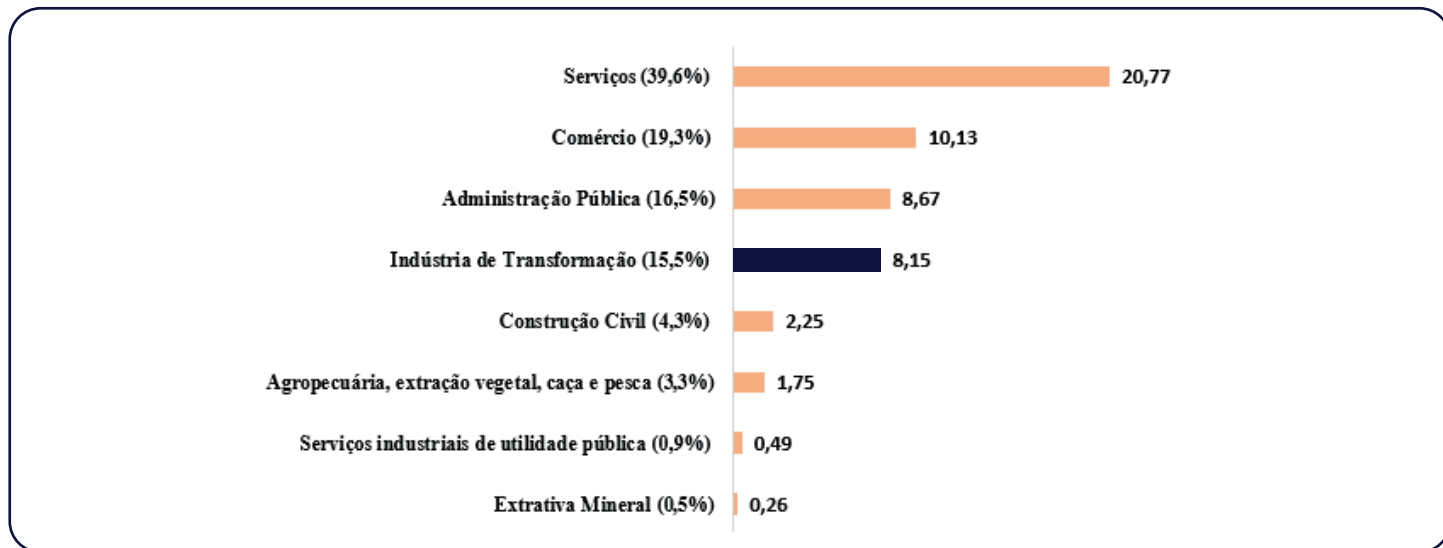
alimentos; 2) indústria de bebidas; 3) indústria de produtos do fumo; 4) indústria de produtos têxteis; 5) confecção de vestuário e acessórios; 6) preparação de couros e fabricação de mercadorias de couro; 7) indústria de produtos de madeira; 8) indústria de celulose, papel e produtos de papel; 9) impressão e reprodução de gravações; 10) indústria de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis; 11) indústria de químicos; 12) indústria de produtos farmoquímicos e farmacêuticos; 13) indústria de produtos de borracha e de material plástico; 14) indústria de produtos de minerais não metálicos; 15) metalurgia; 16) indústria de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos; 17) indústria de equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos; 18) indústria de máquinas, aparelhos e materiais elétricos; 19) indústria de máquinas e equipamentos; 20) indústria de veículos automotores, reboques e carrocerias; 21) indústria de outros equipamentos de transporte, exceto veículos automotores; 22) indústria de móveis; 23) indústria de produtos diversos; 24) manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos.

A INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO É RESPONSÁVEL
POR 2/3 DOS INVESTIMENTOS EMPRESARIAIS
EM PESQUISA E DESENVOLVIMENTO NO PAÍS

2.2 O COMPORTAMENTO INDUSTRIAL DOS ESTADOS BRASILEIROS

No Brasil, de acordo com os dados da Rais 2022, os trabalhadores da indústria de transformação somavam 8,15 milhões de pessoas e a participação do setor no emprego formal (52,8 milhões) era de 15,5%, naquele ano.

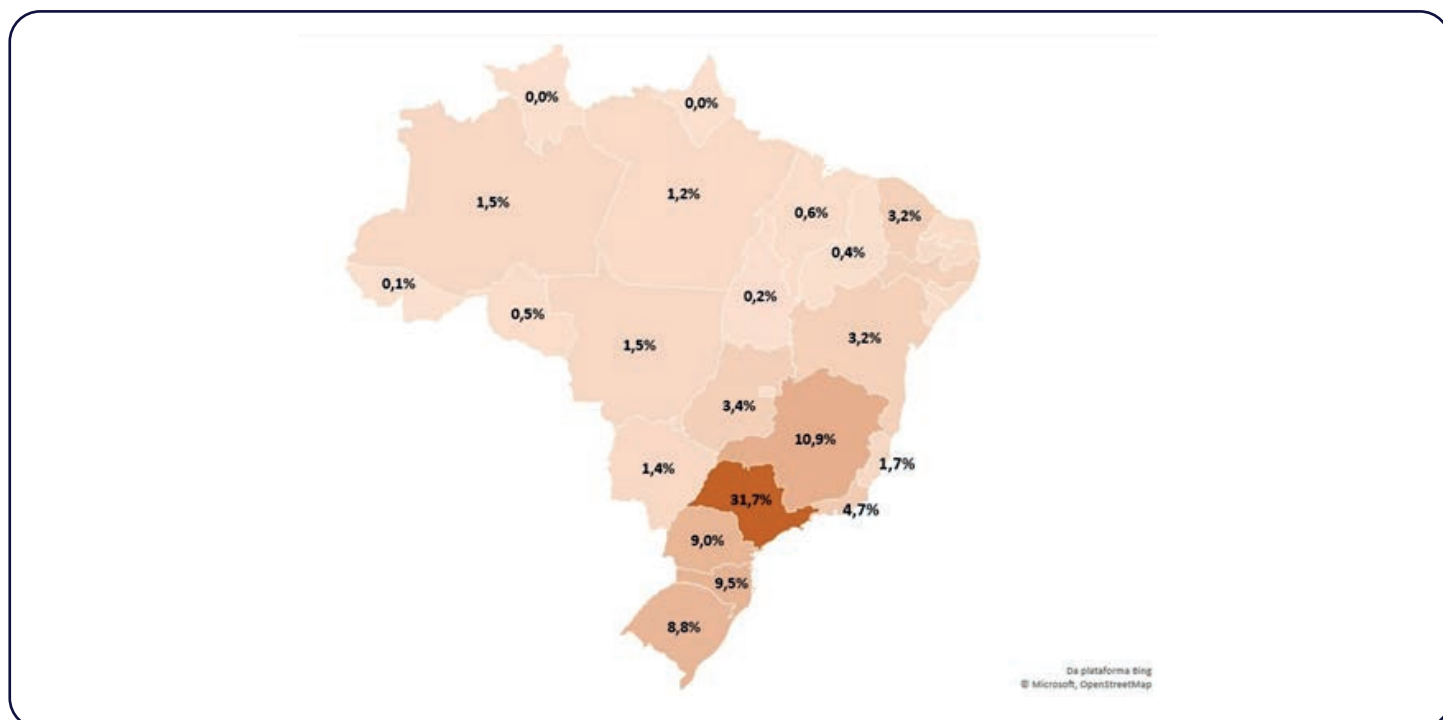
GRÁFICO 1
NÚMERO DE TRABALHADORES E CONCENTRAÇÃO POR SETOR
BRASIL, 2022 (EM MILHÕES)



Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego. Rais 2022
Elaboração: Subseção DIEESE FEM-CUT-SP

Em 2022, apenas seis estados das regiões Sul (27,3%) e Sudeste (49,0%) responderam por mais de 75% do emprego formal da indústria de transformação: São Paulo (com 2,6 milhões de empregos industriais); Minas Gerais (884,5 mil); Santa Catarina (763,2 mil); Paraná (743,3 mil); Rio Grande do Sul (711,7 mil) e Rio de Janeiro (391,6 mil).

FIGURA 1:
PARTICIPAÇÃO ESTADUAL NO EMPREGO
FORMAL DA INDÚSTRIA BRASILEIRA



Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego. Rais 2022
Elaboração: Subseção DIEESE FEM-CUT-SP

SÃO PAULO, MINAS GERAIS E SANTA CATARINA CONCENTRAM APROXIMADAMENTE METADE DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO NO BRASIL.

Os estados do Rio de Janeiro e São Paulo tinham as maiores remunerações mensais, com R\$ 4.736,98 e R\$ 4.516,20 em média, respectivamente, enquanto Minas Gerais (53.462 unidades) e São Paulo (113.134 unidades) possuíam o maior número de estabelecimentos.

TABELA 1
NÚMERO DE TRABALHADORES, REMUNERAÇÃO MÉDIA
E NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS
INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO, 2022

Estados	Vínculos	Rem. Média	Estabelecimentos
São Paulo	2.585.004	R\$ 4.516,20	113.134
Minas Gerais	884.469	R\$ 3.013,96	53.462
Santa Catarina	763.190	R\$ 3.399,20	41.292
Paraná	743.296	R\$ 3.398,20	39.132
Rio Grande do Sul	711.650	R\$ 3.700,10	38.788
Rio de Janeiro	391.638	R\$ 4.736,98	19.478
Goiás	273.440	R\$ 2.844,61	17.070
Bahia	260.312	R\$ 2.050,00	12.459
Ceará	258.945	R\$ 3.045,23	14.471
Pernambuco	230.451	R\$ 2.588,03	12.101
Espírito Santo	134.521	R\$ 2.894,52	9.153
Mato Grosso	123.932	R\$ 2.799,34	8.663
Amazonas	122.259	R\$ 3.331,44	2.302
Mato Grosso do Sul	109.044	R\$ 2.952,52	4.982
Pará	102.041	R\$ 2.559,42	5.292
Paraíba	79.823	R\$ 1.895,43	4.393
Alagoas	70.527	R\$ 2.115,75	2.723
Rio Grande do Norte	63.421	R\$ 1.855,48	4.627
Distrito Federal	48.212	R\$ 2.647,14	4.162
Maranhão	45.883	R\$ 2.449,89	3.127
Sergipe	42.480	R\$ 2.046,34	2.430
Rondônia	38.930	R\$ 2.090,31	2.943
Piauí	30.320	R\$ 1.788,39	3.127
Tocantins	19.182	R\$ 2.284,83	1.714
Acre	7.044	R\$ 1.797,49	653
Roraima	4.059	R\$ 1.658,74	483
Amapá	3.961	R\$ 2.533,73	459
Não classificados	17	R\$ 1.213,62	8
Total	8.148.051	R\$ 3.599,12	422.628

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego. Rais 2022
Elaboração: Subseção DIEESE FEM-CUT-SP

No total de 422.628 estabelecimentos, 86% são microempresas e reúnem 19,9% dos trabalhadores. Todavia, a maior parte dos empregos industriais (32,1%) está concentrada nas grandes empresas, que representam apenas 0,5% do total de estabelecimentos, somando 2.102 plantas fabris. **O estado de São Paulo concentra 26,8% de todos os estabelecimentos da indústria de transformação e 33,3% das empresas de grande porte.**

TABELA 2
NÚMERO E CONCENTRAÇÃO DE ESTABELECIMENTOS E DE
TRABALHADORES POR PORTE E POR UF
INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO, 2022

Ordem	Estado	Micro (até 19)		Pequenas (de 20 a 99)		Médias (100 a 499)		Grande (500 a mais)		Total					
		Nº Estab.	Nº Trab	Nº Estab.	Nº Trab	Nº Estab.	Nº Trab	Nº Estab.	Nº Trab	Nº Estab.	%	Nº Trab	%		
1º	São Paulo	93.613	453.713	15.389	628.749	3.433	708.681	699	793.861	113	34	26,8	2.58	004	31,7
2º	Minas Gerais	46.886	197.075	5.321	212.356	1.023	212.097	232	262.941	53	62	12,6	88	469	10,9
3º	Santa Catarina	35.623	160.924	4.576	181.304	922	188.435	171	232.527	41	92	9,8	76	190	9,4
4º	Paraná	34.027	149.463	4.094	168.015	835	172.593	176	253.225	39	32	9,3	74	296	9,1
5º	Rio Grande do Sul	33.545	147.499	4.125	167.938	935	193.927	183	202.286	38	88	9,2	71	650	8,7
6º	Rio de Janeiro	16.651	73.915	2.274	88.512	458	94.996	95	134.215	19	78	4,6	39	638	4,8
7º	Goiás	15.238	62.764	1.529	58.760	223	47.500	80	104.416	17	70	4,0	27	440	3,4
8º	Ceará	10.793	47.248	1.374	54.654	229	47.814	63	110.596	12	59	2,9	26	312	3,2
9º	Bahia	12.751	53.849	1.358	53.460	293	62.928	69	88.708	14	71	3,4	25	945	3,2
10º	Pernambuco	10.498	45.575	1.318	50.913	229	49.340	56	84.623	12	01	2,9	23	451	2,8
11º	Espírito Santo	8.028	36.082	952	37.218	149	30.922	24	30.299	9	53	2,2	13	521	1,7
12º	Mato Grosso	7.805	32.741	698	26.032	127	25.467	33	39.692	8	63	2,0	12	932	1,5
13º	Amazonas	1.670	8.377	402	17.960	176	39.463	54	56.459	2	02	0,5	12	259	1,5
14º	Mato Grosso do Sul	4.449	16.874	384	15.683	107	23.859	42	52.628	4	82	1,2	10	044	1,3
15º	Pará	4.485	19.792	644	25.748	133	28.821	30	27.680	5	92	1,3	10	041	1,3
16º	Paraíba	3.914	15.778	398	15.455	58	12.464	23	36.126	4	93	1,0	7	823	1,0
17º	Alagoas	2.419	9.786	240	9.135	45	9.547	19	42.059	2	23	0,6	7	527	0,9
18º	Rio Grande do Norte	4.042	16.547	521	18.919	53	10.474	11	17.481	4	27	1,1	6	421	0,8
19º	Distrito Federal	3.728	14.077	381	14.625	46	8.866	7	10.644	4	62	1,0	4	212	0,6
20º	Maranhão	2.733	11.661	328	12.501	55	12.045	11	9.676	3	27	0,7	4	883	0,6
21º	Sergipe	2.135	9.295	230	9.974	57	12.597	8	10.614	2	30	0,6	4	480	0,5
22º	Rondônia	2.626	10.550	261	9.632	46	8.252	10	10.496	2	43	0,7	3	930	0,5
23º	Piauí	2.817	12.320	280	10.449	29	5.777	1	1.774	3	27	0,7	3	320	0,4
24º	Tocantins	1.566	6.125	121	4.754	22	4.561	5	3.742	1	14	0,4	1	182	0,2
25º	Acre	572	2.610	73	2.716	8	1.718	-	-	5	3	0,2	-	044	0,1
26º	Amapá	445	1.955	32	1.166	6	938	-	-	8	3	0,1	-	059	0,0
27º	Roraima	406	1.682	49	1.696	4	583	-	-	5	9	0,1	-	961	0,0
	Não classificados	8	17	-	-	-	-	-	-	8	0,0	-	17	0,0	-
	Total	363.473	1.618.294	47.352	1.898.324	9.701	2.014.665	2.102	2.616.768	422.638	100,0	8.148	51	100,0	100,0

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego. Rais 2022

Elaboração: Subseção DIEESE FEM-CUT-SP

A Tabela 2 permite concluir que o tamanho médio dos estabelecimentos industriais é de apenas 19,3 trabalhadores por unidade fabril, o que é explicado pela predominância das fábricas de micro e pequeno porte. Considerando os quatro tipos de estabelecimento, os tamanhos médios são os seguintes: microempresas industriais com média de 4,5 trabalhadores; indústrias de pequeno porte com 40,1 trabalhadores; fábricas de médio porte com 207,7 trabalhadores; e indústrias de grande porte, com 1.244,9 trabalhadores.



APENAS SEIS ESTADOS DAS REGIÕES
SUL E SUDESTE RESPONDERAM POR
MAIS DE 75% DO EMPREGO FORMAL
DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO

2.3 AS CIDADES INDUSTRIAIS BRASILEIRAS

Em 2022, as 100 cidades que mais empregaram na indústria de transformação foram responsáveis por 41% (3,3 milhões) do emprego industrial no país. A Tabela 3 apresenta a quantidade de trabalhadores na indústria de transformação por município e a participação dos trabalhadores do setor em relação ao emprego total de cada cidade. É possível observar que municípios com maior número de trabalhadores industriais não são os mesmos com maior participação proporcional: São Paulo tem apenas 7,1% de participação do emprego industrial,

mas segue como a maior cidade industrial do país. Vale notar ainda que os sete municípios do Grande ABC (São Bernardo do Campo, Diadema, Santo André, Mauá, São Caetano do Sul, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra) chegam somados à casa dos 190 mil postos de trabalho e ultrapassam todos os demais em termos de emprego industrial, com exceção de São Paulo. Nesse sentido, considerando a variável emprego, o Grande ABC é a segunda maior “cidade” industrial do país.



O GRANDE ABC, SE FOSSE UM ÚNICO MUNICÍPIO, SERIA A SEGUNDA MAIOR CIDADE INDUSTRIAL NO BRASIL

Em outra vertente analítica, foi considerado um pequeno grupo de 48 municípios com mais de cinco mil trabalhadores na indústria de transformação e representando acima de 50% do emprego municipal total. Nesse conjunto de cidades, a região Sul tem 31 municípios, entre os quais 12 são do Rio Grande do Sul, outros 12, de Santa Catarina e sete, do Paraná. O estado de São Paulo tem apenas oito cidades nessa condição.

A alta participação de empregos industriais, mesmo sem grande volume absoluto, revela a

importância do setor para a economia local. Na lista dos municípios com maior participação no emprego industrial apresentada na Tabela 4, muitas cidades, a exemplo de Angélica, no Mato Grosso do Sul, têm os empregos concentrados em um único estabelecimento, no caso, a empresa Adecoagro, produtora de alimentos e energia renovável, além de grãos, açúcar e etanol. Em vários casos, por causa da presença dessas empresas de referência, os municípios têm remuneração maior que a média nacional.

TABELA 3
OS 100 MAIORES MUNICÍPIOS EM EMPREGOS INDUSTRIAIS NO BRASIL EM 2022

Ordem	Município	N. Abs.	Part ⁽¹⁾ (%)	Massa Salarial (em milhões R\$)	Rem. Média
1º	SP-SÃO PAULO	381.661	7,10%	2.041,10	R\$ 5.347,94
2º	RJ-RIO DE JANEIRO	142.180	6,10%	1.031,46	R\$ 7.254,63
3º	AM-MANAUS	116.210	19,90%	390,62	R\$ 3.361,31
4º	SP-GUARULHOS	99.620	26,50%	430,05	R\$ 4.316,91
5º	PR-CURITIBA	87.967	9,40%	407,76	R\$ 4.635,37
6º	SC-JOINVILLE	78.852	33,90%	410,15	R\$ 5.201,52
7º	SP-SÃO BERNARDO DO CAMPO	73.750	26,10%	693,86	R\$ 9.408,27
8º	RS-CAXIAS DO SUL	70.300	42,00%	281,47	R\$ 4.003,91
9º	CE-FORTALEZA	63.456	7,70%	121,79	R\$ 1.919,26
10º	SP-SOROCABA	58.121	26,00%	284,85	R\$ 4.901,02
11º	MG-BELO HORIZONTE	57.934	4,50%	230,75	R\$ 3.983,03
12º	MG-CONTAGEM	50.453	22,50%	203,55	R\$ 4.034,39
13º	GO-GOIÂNIA	50.076	7,80%	118,15	R\$ 2.359,36
14º	SP-CAMPINAS	48.718	11,20%	284,71	R\$ 5.844,09
15º	SP-JUNDIAÍ	48.630	25,90%	278,08	R\$ 5.718,30
16º	DF-BRASÍLIA	48.212	3,90%	127,62	R\$ 2.647,14
17º	SC-BLUMENAU	44.595	30,80%	144,52	R\$ 3.240,67
18º	MG-BETIM	44.483	37,20%	202,79	R\$ 4.558,88
19º	SP-PIRACICABA	43.740	31,40%	181,13	R\$ 4.141,11
20º	SP-DIADEMA	40.167	41,40%	178,13	R\$ 4.434,74
21º	PR-SÃO JOSÉ DOS PINHAIS	37.761	34,70%	182,43	R\$ 4.831,19
22º	SP- SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	37.456	18,50%	373,70	R\$ 9.977,10
23º	SC-JARAGUÁ DO SUL	36.527	49,20%	130,39	R\$ 3.569,76
24º	SP-LIMEIRA	35.080	36,10%	145,15	R\$ 4.137,65
25º	GO-ANÁPOLIS	34.469	30,20%	113,13	R\$ 3.282,10
26º	PE-RECIFE	34.085	4,80%	100,24	R\$ 2.940,74
27º	RS-PORTO ALEGRE	31.311	4,60%	145,40	R\$ 4.643,60
28º	SP-INDAIATUBA	30.303	32,50%	154,49	R\$ 5.098,32
29º	BA-SALVADOR	30.090	3,80%	89,16	R\$ 2.963,08
30º	MG-UBERLÂNDIA	29.855	12,30%	96,12	R\$ 3.219,52
31º	CE-MARACANAÚ	29.008	44,50%	76,20	R\$ 2.626,90
32º	SC-CHAPECO	28.568	28,40%	111,37	R\$ 3.898,41
33º	PR-MARINGÁ	28.044	16,10%	148,34	R\$ 5.289,46
34º	SP-BARUERI	28.023	7,60%	138,62	R\$ 4.946,72
35º	RJ-DUQUE DE CAXIAS	27.603	16,90%	115,10	R\$ 4.169,76
36º	SP-SANTO ANDRÉ	26.723	12,10%	118,46	R\$ 4.432,97
37º	ES-SERRA	26.229	17,00%	104,49	R\$ 3.983,84
38º	SP-RIBEIRÃO PRETO	25.952	10,20%	83,40	R\$ 3.213,67
39º	SP-FRANCA	25.942	26,90%	57,06	R\$ 2.199,35
40º	SC-BRUSQUE	25.181	44,50%	79,88	R\$ 3.172,25
41º	PR-CASCADEL	25.071	20,40%	64,39	R\$ 2.568,23
42º	SP-AMERICANA	24.841	31,70%	90,13	R\$ 3.628,25
43º	SP-RIO CLARO	24.342	35,20%	94,32	R\$ 3.874,75
44º	RS-NOVO HAMBURGO	23.374	31,80%	67,85	R\$ 2.902,76
45º	RJ-VOLTA REDONDA	22.941	28,00%	61,12	R\$ 2.664,29
46º	PR-LONDRINA	22.919	13,10%	77,30	R\$ 3.372,71
47º	SP-COTIA	22.724	26,10%	108,63	R\$ 4.780,35
48º	RS-GRAVATAÍ	22.367	38,30%	92,72	R\$ 4.145,39
49º	GO-APARECIDA DE GOIÂNIA	21.950	17,20%	52,05	R\$ 2.371,30
50º	MG-SETE LAGOAS	21.924	32,20%	69,41	R\$ 3.166,16
51º	SP-SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	21.810	14,50%	64,14	R\$ 2.940,85
52º	BA-FEIRA DE SANTANA	21.458	15,80%	53,07	R\$ 2.473,14
53º	BA-CAMAÇARI	21.321	26,40%	137,24	R\$ 6.437,06

TABELA 3
OS 100 MAIORES MUNICÍPIOS EM EMPREGOS INDUSTRIAIS NO BRASIL EM 2022

Ordem	Município	N. Abs.	Part ⁽¹⁾ (%)	Massa Salarial (em milhões R\$)	Rem. Média
54º	SP-MAUÁ	21.049	28,20%	97,59	R\$ 4.636,14
55º	RS-SÃO LEOPOLDO	20.958	34,60%	83,34	R\$ 3.976,76
56º	MS-CAMPO GRANDE	20.793	6,80%	51,19	R\$ 2.461,82
57º	SP-MOGI DAS CRUZES	20.726	17,90%	84,42	R\$ 4.073,09
58º	SP-ITAQUAQUECETUBA	20.244	37,80%	55,06	R\$ 2.719,88
59º	SP-SÃO CARLOS	20.241	23,20%	87,70	R\$ 4.332,58
60º	SC-CRICIÚMA	20.067	25,80%	66,29	R\$ 3.303,40
61º	SP-SERTÃOZINHO	20.015	42,20%	76,61	R\$ 3.827,49
62º	PR-ARAUCÁRIA	19.729	38,90%	90,94	R\$ 4.609,57
63º	PR-TOLEDO	19.698	31,70%	60,40	R\$ 3.066,55
64º	SP-SÃO CAETANO DO SUL	19.551	17,10%	85,34	R\$ 4.365,17
65º	SC-ITAJAÍ	19.477	16,50%	64,67	R\$ 3.320,39
66º	RN-NATAL	19.355	6,30%	32,93	R\$ 1.701,58
67º	PR-PONTA GROSSA	19.307	19,30%	73,92	R\$ 3.828,54
68º	MG-JUIZ DE FORA	19.284	12,80%	54,60	R\$ 2.831,33
69º	MG-UBERABA	19.265	18,70%	66,03	R\$ 3.427,34
70º	SP-SANTA BÁRBARA D'OESTE	19.232	36,80%	70,73	R\$ 3.677,54
71º	PB-CAMPINA GRANDE	18.996	15,70%	37,44	R\$ 1.970,99
72º	RS-BENTO GONÇALVES	18.814	39,90%	83,00	R\$ 4.411,78
73º	SP-ARARAQUARA	18.223	22,30%	64,74	R\$ 3.552,87
74º	SP-OSASCO	18.026	9,10%	74,41	R\$ 4.127,98
75º	SP-TAUBATÉ	17.844	20,40%	94,63	R\$ 5.303,31
76º	SP-SUMARÉ	17.667	26,70%	110,17	R\$ 6.236,02
77º	AL-MACEIÓ	17.393	6,10%	39,40	R\$ 2.265,48
78º	SP-ITU	17.185	28,10%	66,78	R\$ 3.886,16
79º	MA-SÃO LUÍS	17.088	4,30%	45,89	R\$ 2.685,29
80º	MG-IPATINGA	17.083	21,80%	60,92	R\$ 3.566,05
81º	SP-SUZANO	16.969	27,20%	84,22	R\$ 4.963,07
82º	PE-JABOATÃO DOS GUARARAPES	16.908	15,80%	41,20	R\$ 2.436,76
83º	SP-JACAREÍ	16.892	30,50%	89,28	R\$ 5.285,35
84º	PI-TERESINA	16.807	6,10%	29,08	R\$ 1.730,06
85º	SP-HORTOLÂNDIA	16.472	30,10%	102,78	R\$ 6.239,78
86º	RJ-MACAÉ	16.382	12,10%	74,73	R\$ 4.561,52
87º	MG-NOVA SERRANA	16.355	57,70%	31,08	R\$ 1.900,58
88º	BA-VITÓRIA DA CONQUISTA	16.029	18,90%	26,32	R\$ 1.641,94
89º	PR-ARAPONGAS	15.787	40,40%	43,72	R\$ 2.769,17
90º	SP-BAURU	15.656	11,10%	48,74	R\$ 3.113,25
91º	SC-SÃO BENTO DO SUL	15.568	50,70%	56,54	R\$ 3.631,78
92º	CE-SOBRAL	15.440	28,50%	27,07	R\$ 1.753,32
93º	CE-CAUCAIA	15.408	32,60%	46,24	R\$ 3.000,84
94º	GO-RIO VERDE	15.200	19,60%	43,37	R\$ 2.853,54
95º	RJ-NOVA FRIBURGO	15.072	27,70%	30,39	R\$ 2.016,53
96º	SP-VINHEDO	15.060	34,90%	78,30	R\$ 5.199,50
97º	MG-POUSO ALEGRE	15.054	25,80%	64,23	R\$ 4.266,84
98º	SP-MARÍLIA	14.972	20,80%	49,37	R\$ 3.297,21
99º	PE-GOIANA	14.920	54,50%	56,23	R\$ 3.768,66
100º	MT-CUIABÁ	14.899	5,20%	37,53	R\$ 2.519,01
Total		3.387.537		14.578	R\$ 4.303,31

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego. Rais 2022

Elaboração: DIEESE Subseção Sindicato dos Metalúrgicos do ABC

Nota: 1) Indica a proporção do emprego industrial no total do emprego formal do município

TABELA 4
PARTICIPAÇÃO INDUSTRIAL ACIMA DE 50%
E EMPREGO ACIMA DE 5.000 TRABALHADORES
MUNICÍPIOS BRASILEIROS, 2022

Ordem	Município	N. Abs.	Part. ⁽¹⁾ (%)	Rem. Média
329º	MS-ANGÉLICA	5.461	86,20%	R\$ 3.673,42
302º	PE-LAGOA DO ITAENGA	5.913	83,30%	R\$ 1.960,78
347º	PE-RIO FORMOSO	5.183	80,90%	R\$ 1.941,79
175º	PR-MATELÂNDIA	10.114	80,40%	R\$ 2.097,32
285º	RS-NOVA HARTZ	6.209	78,40%	R\$ 3.269,71
319º	AL-SÃO LUÍS DO QUITUNDE	5.662	70,80%	R\$ 1.990,82
255º	SP-SANTA GERTRUDES	7.052	70,50%	R\$ 4.336,37
337º	SC-GUABIRUBA	5.331	69,00%	R\$ 4.060,70
103º	CE-HORIZONTE	14.607	68,90%	R\$ 1.849,56
342º	SP-ALUMÍNIO	5.264	68,10%	R\$ 4.664,97
332º	SC-PRESIDENTE GETÚLIO	5.421	67,80%	R\$ 2.102,73
333º	SC-NOVA VENEZA	5.399	67,60%	R\$ 2.657,90
339º	RS-TRES COROAS	5.316	66,10%	R\$ 2.341,02
172º	SC-POMERODE	10.315	64,70%	R\$ 3.726,01
357º	SP-PRADOPÓLIS	5.063	62,50%	R\$ 4.360,15
280º	SC-SÃO JOÃO BATISTA	6.376	62,30%	R\$ 2.084,40
334º	PE-SIRINHAÉM	5.392	62,30%	R\$ 2.062,37
253º	BA-SANTO ESTEVÃO	7.060	61,30%	R\$ 1.504,88
300º	SC-CAPINZAL	5.961	60,50%	R\$ 2.790,82
107º	RS-SAPIRANGA	14.294	59,10%	R\$ 2.172,81
219º	RS-CARLOS BARBOSA	8.092	58,6%	R\$ 4.565,00
204º	RS-PAROBE	8.584	58,20%	R\$ 2.412,65
316º	PR-CAFELÂNDIA	5.674	58,10%	R\$ 2.489,88
87º	MG-NOVA SERRANA	16.355	57,70%	R\$ 1.900,58
221º	PR-MANDAGUARI	8.057	57,40%	R\$ 2.875,25
110º	PR-ROLÂNDIA	14.082	57,30%	R\$ 2.837,84
232º	RS-IGREJINHA	7.730	56,80%	R\$ 2.538,30
192º	RS-GARIBALDI	9.104	56,20%	R\$ 5.553,56
330º	RS-NAO-ME-TOQUE	5.453	56,00%	R\$ 4.510,89
317º	SC-SÃO LOURENÇO DO OESTE	5.674	55,70%	R\$ 2.860,20
358º	SP-RIO DAS PEDRAS	5.045	55,40%	R\$ 4.088,44
348º	SC-FORQUILHINHA	5.163	55,00%	R\$ 2.462,06
171º	SC-TIMBÓ	10.325	54,90%	R\$ 4.546,43
325º	RS-TAPEJARA	5.513	54,90%	R\$ 2.778,87
212º	RS-PANAMBI	8.414	54,60%	R\$ 4.065,85
99º	PE-GOIANA	14.920	54,50%	R\$ 3.768,66
341º	CE-MORADA NOVA	5.314	53,50%	R\$ 1.696,16
236º	SP-PEDREIRA	7.641	53,10%	R\$ 2.748,21
306º	SP-PONTAL	5.862	52,80%	R\$ 3.282,70
109º	SC-GASPAR	14.111	52,10%	R\$ 2.928,52
267º	RS-FLORES DA CUNHA	6.651	51,60%	R\$ 3.450,71
274º	RS-DOIS IRMÃOS	6.520	51,50%	R\$ 2.601,02
144º	SP-NOVA ODESSA	11.845	51,40%	R\$ 3.932,23
226º	SC-GUARAMIRIM	8.013	51,00%	R\$ 3.407,52
91º	SC-SÃO BENTO DO SUL	15.568	50,70%	R\$ 3.631,78
350º	MS-APARECIDA DO TABOADO	5.116	50,40%	R\$ 2.641,55
320º	MG-CLAUDIO	5.652	50,40%	R\$ 2.078,30
186º	PR-PALOTINA	9.454	50,40%	R\$ 2.478,10

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego. Rais 2022

Elaboração: DIEESE Subseção Sindicato dos Metalúrgicos do ABC

Nota: 1) Indica a proporção do emprego industrial no total do emprego formal do município

A identificação dessas cidades pode orientar a política pública de fortalecimento da atividade industrial no país, a partir da existência de municípios com alta relevância no emprego industrial em mercados de trabalho que são regionais.

3. O COMPORTAMENTO DO MERCADO DE TRABALHO INDUSTRIAL DE 2002 A 2021

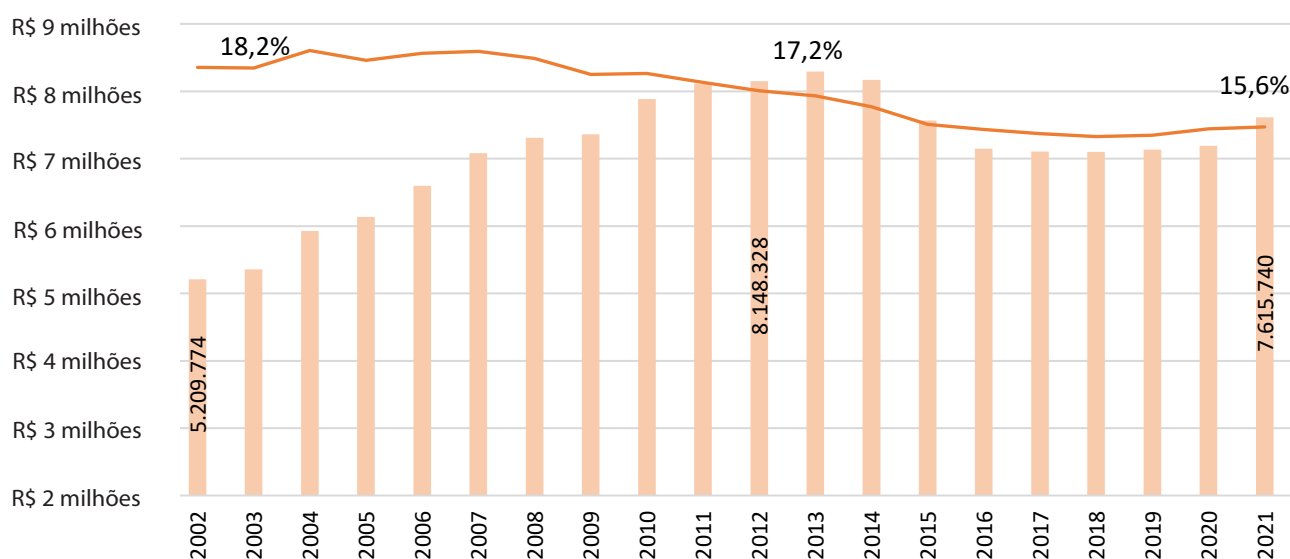
Ao se analisar o período de 2002 a 2021, é possível observar que a participação do emprego na indústria de transformação caiu 2,6 pontos percentuais, passando de 18,2% para 15,6% do emprego formal total no país. O saldo positivo de empregos no período foi de 2,4 milhões de postos de trabalho, com aumento de 46,2%. Embora a quantidade de trabalhadores tenha aumentado entre 2002 e 2021, caiu a participação da indústria no emprego total.

Considerando o intervalo entre 2002 e 2012, período marcado pelo crescimento do mercado de trabalho nacional, valorização do salário mínimo e significativo crescimento do PIB, foram criados mais

de 2,9 milhões de postos de trabalho industriais, registrando alta de 56,4%. No segundo período de análise, de 2012 até 2021, marcado pela grave crise econômica/política, pelo impeachment de Dilma Rousseff, pela reforma trabalhista e pelos governos marcadamente neoliberais de Temer e Bolsonaro, houve queda do emprego industrial de 6,5%, com fechamento de 532,6 mil postos de trabalho e expressiva queda na participação relativa no emprego formal total.

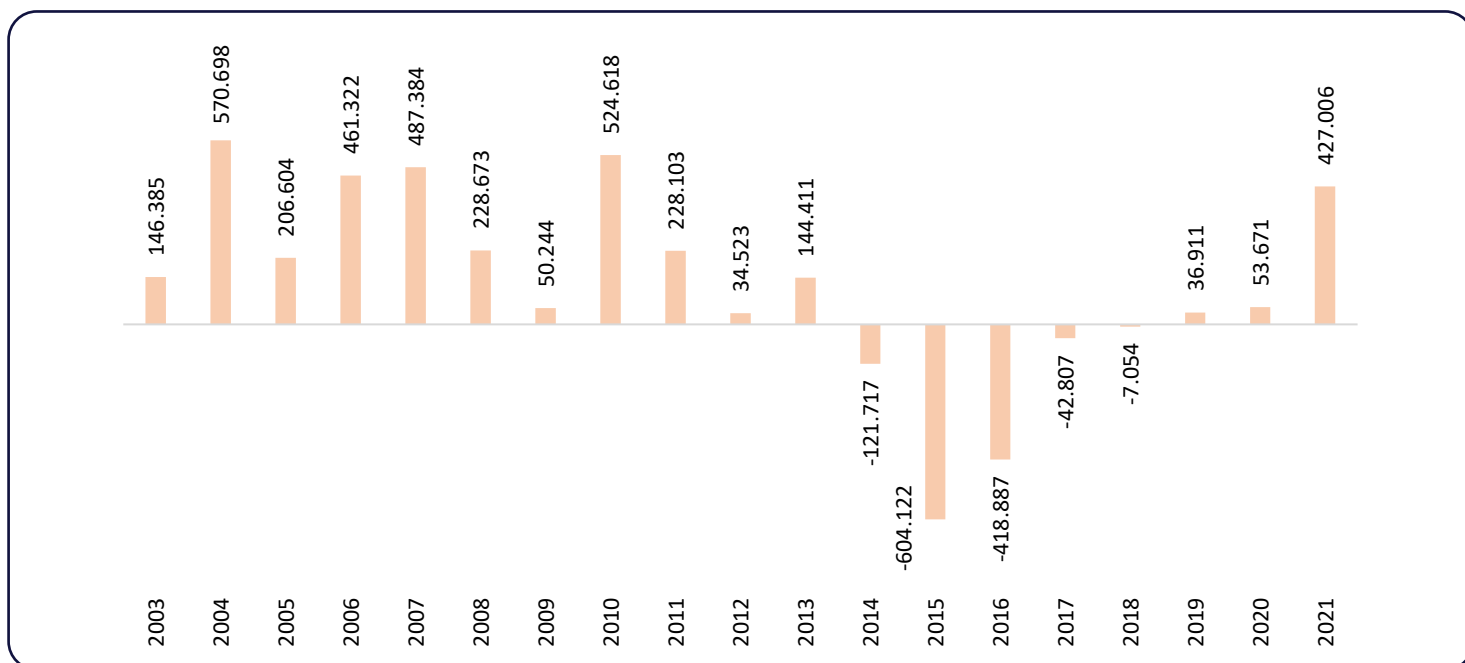
Os Gráficos 2 e 3, apresentados a seguir, mostram essa movimentação do emprego industrial no país.

GRÁFICO 2
TRABALHADORES NA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO E
PARTICIPAÇÃO NO EMPREGO TOTAL
BRASIL, 2002-2021



Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego. Rais 2021
Elaboração: DIEESE

GRÁFICO 3
SALDO DE TRABALHADORES NA INDÚSTRIA
DE TRANSFORMAÇÃO
BRASIL, 2003 - 2021



Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego. Rais 2021
Elaboração: Subseção do DIEESE no Sindicato dos Metalúrgicos do ABC

3. 1 A DINÂMICA DO EMPREGO INDUSTRIAL NOS ESTADOS

Como destacado no tópico anterior, entre 2002 e 2012, houve um aumento geral na quantidade de trabalhadores na indústria, com a criação de mais de 2,9 milhões de postos de trabalho, mas também foi registrada queda na proporção do emprego industrial em 17 estados. Quando se analisa o período seguinte, de 2012 a 2021, 18 estados recuaram em relação ao volume de emprego formal na indústria. As maiores quedas foram observadas em Alagoas (-36,8%), Rio de Janeiro (-24,1%), Amapá (-22,4%) e São Paulo (-14,1%), mas, quando se observa a participação proporcional do emprego industrial, houve retração em todos os estados. Em números absolutos de postos de trabalho fechados, São Paulo liderou (-396,6 mil), seguido por Rio de Janeiro (-111,8 mil) e Rio Grande do Sul (-60,1 mil). O destaque positivo ficou para Santa Catarina, onde

houve acréscimo de 102,5 mil trabalhadores na indústria nesse mesmo período.

Nos três momentos dessa análise (2002, 2012 e 2021), o estado de São Paulo liderou o *ranking* do número de empregos industriais, mas algumas unidades da Federação tiveram alterações de posições. Mato Grosso do Sul teve o maior

NESSE PERÍODO,
SANTA CATARINA
ASSUMIU O TERCEIRO
LUGAR NO RANKING DO
EMPREGO INDUSTRIAL
ENTRE MUNICÍPIOS
BRASILEIROS



crescimento percentual (153,5%) e o maior aumento da participação (3%), totalizando saldo positivo de 61,3 mil empregos, e passando da 18ª posição do *ranking*, em 2002, para a 14ª, em 2021. Outro caso é o Rio Grande do Sul, que, em 2021, ficou na 5ª posição em empregos industriais no país (673,3 mil), com participação na ocupação total de 22,7%, mas também com a segunda maior queda da participação do emprego na indústria de transformação (-4,8 p.p.) e o terceiro pior saldo (-60,1 mil).

Além disso, entre 2002 e 2021, ocorreu alternância entre os estados do Sul em relação à quantidade de trabalhadores formais na indústria. Santa Catarina, que ocupava a 4ª posição nacional em 2002, passou para o 3º lugar em 2021, com saldo de 327 mil novos empregos, enquanto o Paraná passou da 5ª posição para a 4ª. Os dois estados ultrapassaram o Rio Grande do Sul como líder da indústria sulista.

A dinâmica de crescimento do emprego no país nesse período (2002 a 2012) não alterou a concentração do emprego no Sudeste, sempre com liderança do estado de São Paulo. Já no período de 2012 a 2021, com a crise política e econômica e as mudanças na demanda internacional, intensificou-se a queda de participação do emprego da indústria de transformação no total de empregos do país (RIBEIRO, 2021). Como mostra a Tabela 5, há uma tendência de desconcentração relativa do emprego industrial, mas o estado de São Paulo segue dominando o setor industrial no Brasil.

O protagonismo do Sudeste pode ser explicado pela existência, na região e principalmente no estado de São Paulo, de universidades e centros de pesquisas de excelência, infraestrutura de transporte e economias de aglomeração, além da própria trajetória de industrialização precedente. Na

inexistência de uma política deliberada de desconcentração de atividades mais dinâmicas do ponto de vista tecnológico, há fortes elementos que apontam para a manutenção desse cenário. Para uma desconcentração das atividades de maior conteúdo tecnológico seriam necessárias políticas públicas diferenciadas em relação ao fomento e financiamento dos investimentos industriais, bem como o estímulo explícito a políticas de inovação nas demais regiões do país e fortes investimentos em infraestrutura de suporte à atividade industrial, entre outras medidas. (RIBEIRO, 2021)

TABELA 5
PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS
BRASILEIROS NO EMPREGO INDUSTRIAL
BRASIL, 2002, 2012 E 2021

UF	2002	2012	2021
São Paulo	36,11%	34,62%	31,83%
Minas Gerais	9,96%	10,33%	10,83%
Santa Catarina	8,00%	7,87%	9,77%
Paraná	7,85%	8,32%	9,24%
Rio Grande do Sul	10,72%	9,00%	8,84%
Rio de Janeiro	5,87%	5,70%	4,63%
Goiás	2,16%	2,90%	3,32%
Ceará	2,97%	3,18%	3,17%
Bahia	2,27%	2,82%	3,04%
Pernambuco	2,56%	2,84%	2,78%
Espírito Santo	1,40%	1,52%	1,63%
Amazonas	1,20%	1,61%	1,50%
Mato Grosso	1,16%	1,20%	1,50%
Mato Grosso do Sul	0,77%	1,16%	1,33%
Pará	1,33%	1,10%	1,22%
Paraíba	0,93%	0,98%	0,97%
Alagoas	1,47%	1,26%	0,85%
Rio Grande do Norte	0,96%	0,83%	0,78%
Sergipe	0,48%	0,57%	0,55%
Distrito Federal	0,37%	0,52%	0,51%
Maranhão	0,41%	0,50%	0,50%
Rondônia	0,45%	0,45%	0,45%
Piauí	0,35%	0,35%	0,36%
Tocantins	0,13%	0,20%	0,22%
Acre	0,06%	0,09%	0,09%
Roraima	0,02%	0,04%	0,04%
Amapá	0,03%	0,05%	0,04%

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego. Rais 2021
Elaboração: DIEESE

TABELA 6
QUANTIDADE DE TRABALHADORES E PARTICIPAÇÃO DO EMPREGO DA
INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO NO TOTAL DO ESTADO,
POR ESTADOS DA FEDERAÇÃO - 2002/2012/2021

UF	2002		2012		2021		Evolução %			Part. (pontos percentuais)
	N. Trab.	Part. %	N. Trab.	Part. %	N. Trab.	Part. %	2012/ 2002	2021/ 2012	2021/ 2002	2021/ 2002
São Paulo	1.881.153	21,9	2.820.813	20,5	2.424.251	17,5	50,0	-14,1	28,9	-4,3
Minas Gerais	518.695	17,0	841.694	17,1	824.729	16,0	62,3	-2,0	59,0	-1,0
Santa Catarina	416.582	33,7	641.212	30,5	743.702	29,7	53,9	16,0	78,5	-4,0
Paraná	408.936	22,6	678.080	22,4	703.757	21,6	65,8	3,8	72,1	-1,0
Rio Grande do Sul	558.720	27,6	733.387	24,5	673.270	22,7	31,3	-8,2	20,5	-4,8
Rio de Janeiro	306.031	10,5	464.796	10,4	352.953	9,0	51,9	-24,1	15,3	-1,5
Goiás	112.528	14,4	236.483	16,3	253.019	16,0	110,2	7,0	124,8	1,6
Ceará	154.807	19,5	258.974	18,2	241.247	15,8	67,3	-6,8	55,8	-3,7
Bahia	118.493	9,0	229.470	10,2	231.326	9,8	93,7	0,8	95,2	0,8
Pernambuco	133.252	14,1	231.206	13,6	211.799	12,7	73,5	-8,4	58,9	-1,4
Espírito Santo	73.086	13,2	123.960	13,4	124.372	13,2	69,6	0,3	70,2	0,0
Amazonas	62.306	21,4	131.028	21,3	114.562	17,5	110,3	-12,6	83,9	-3,9
Mato Grosso	60.572	16,0	97.675	13,1	114.496	12,5	61,3	17,2	89,0	-3,5
Mato Grosso do Sul	39.939	11,4	94.472	15,3	101.238	14,5	136,5	7,2	153,5	3,0
Pará	69.337	12,7	89.249	8,5	92.592	7,9	28,7	3,7	33,5	-4,8
Paraíba	48.246	12,8	79.931	12,7	73.707	10,9	65,7	-7,8	52,8	-2,0
Alagoas	76.816	24,6	102.888	20,4	65.028	12,4	33,9	-36,8	-15,3	-12,2
Rio Grande do Norte	49.952	15,7	67.458	11,2	59.219	9,6	35,0	-12,2	18,6	-6,0
Sergipe	25.155	10,5	46.653	12,0	41.915	10,7	85,5	-10,2	66,6	0,2
Distrito Federal	19.177	2,4	42.258	3,6	38.909	3,6	120,4	-7,9	102,9	1,2
Maranhão	21.322	6,5	40.811	5,9	37.953	4,6	91,4	-7,0	78,0	-1,8
Rondônia	23.428	13,5	36.880	10,1	34.558	11,1	57,4	-6,3	47,5	-2,5
Piauí	18.464	7,8	28.673	6,9	27.470	6,0	55,3	-4,2	48,8	-1,8
Tocantins	6.836	5,1	16.044	6,5	17.063	5,8	134,7	6,4	149,6	0,6
Acre	3.105	4,5	7.029	5,6	6.500	4,6	126,4	-7,5	109,3	0,0
Roraima	1.052	3,7	3.299	3,5	3.076	2,8	213,6	-6,8	192,4	-1,0
Amapá	1.784	3,2	3.905	3,2	3.029	2,4	118,9	-22,4	69,8	-0,8
Total	5.209.774	18,2	8.148.328	17,2	7.615.740	15,6	56,4	-6,5	46,2	-2,5

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego. Rais 2021

Elaboração: DIEESE

NA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO, A REMUNERAÇÃO MÉDIA CRESCEU 16,9% ENTRE 2002 E 2021. NO ENTANTO, CAIU 9,6% ENTRE 2012 E 2021, INDICANDO DESACELERAÇÃO E PERDA DE MASSA SALARIAL.

Como mostra a Tabela 7, em relação à remuneração média entre 2002 e 2012, houve crescimento real de 29,3%. Isso se explica pela conjunção de um mercado de trabalho mais aquecido, taxa de desemprego em patamares baixos e políticas de ganho real do salário mínimo, além de maior poder de barganha dos trabalhadores, por meio de greves e negociações coletivas, o que implicou aumentos reais nos diferentes ramos da indústria. (SUMMA, 2015) Em termos gerais, entre 2002 e 2021, houve crescimento real de 16,9% na remuneração média, o que é explicado pelo movimento de desindustrialização acelerada pós-2012.

TABELA 7
REMUNERAÇÃO MÉDIA DEFLACIONADA DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO
POR UNIDADES DA FEDERAÇÃO - 2002/2012/2021

UF	Remuneração média deflacionada			Variação %		
	2002	2012	2021	2012/2002	2021/2012	2021/2002
Rio de Janeiro	R\$ 2.969,09	R\$ 4.328,15	R\$ 3.786,74	45,8	-12,5	27,5
São Paulo	R\$ 3.399,98	R\$ 4.109,71	R\$ 3.623,92	20,9	-11,8	6,6
Amazonas	R\$ 2.707,96	R\$ 3.022,51	R\$ 2.780,71	11,6	-8,0	2,7
Rio Grande do Sul	R\$ 2.086,41	R\$ 2.790,31	R\$ 2.729,72	33,7	-2,2	30,8
Paraná	R\$ 1.933,18	R\$ 2.741,25	R\$ 2.613,30	41,8	-4,7	35,2
Santa Catarina	R\$ 1.872,81	R\$ 2.579,45	R\$ 2.570,32	37,7	-0,4	37,2
Minas Gerais	R\$ 1.905,06	R\$ 2.674,88	R\$ 2.547,81	40,4	-4,8	33,7
Mato Grosso do Sul	R\$ 1.383,45	R\$ 2.435,86	R\$ 2.430,16	76,1	-0,2	75,7
Goiás	R\$ 1.454,65	R\$ 2.371,63	R\$ 2.402,45	63,0	1,3	65,2
Espírito Santo	R\$ 2.020,73	R\$ 2.612,43	R\$ 2.398,55	29,3	-8,2	18,7
Bahia	R\$ 2.302,16	R\$ 2.912,19	R\$ 2.365,17	26,5	-18,8	2,7
Mato Grosso	R\$ 1.478,82	R\$ 2.306,17	R\$ 2.320,63	55,9	0,6	56,9
Distrito Federal	R\$ 2.477,64	R\$ 2.784,81	R\$ 2.273,17	12,4	-18,4	-8,3
Pernambuco	R\$ 1.574,38	R\$ 2.242,35	R\$ 2.129,74	42,4	-5,0	35,3
Pará	R\$ 1.461,16	R\$ 2.204,71	R\$ 2.118,81	50,9	-3,9	45,0
Maranhão	R\$ 1.765,76	R\$ 2.370,24	R\$ 2.117,07	34,2	-10,7	19,9
Tocantins	R\$ 1.108,71	R\$ 1.967,51	R\$ 2.003,57	77,5	1,8	80,7
Alagoas	R\$ 1.188,83	R\$ 1.945,49	R\$ 1.858,82	63,6	-4,5	56,4
Rondônia	R\$ 1.183,15	R\$ 1.932,57	R\$ 1.848,78	63,3	-4,3	56,3
Ceará	R\$ 1.147,82	R\$ 1.701,43	R\$ 1.748,14	48,2	2,7	52,3
Sergipe	R\$ 1.567,54	R\$ 2.224,93	R\$ 1.717,59	41,9	-22,8	9,6
Paraíba	R\$ 1.191,41	R\$ 1.693,66	R\$ 1.680,80	42,2	-0,8	41,1
Amapá	R\$ 1.586,32	R\$ 1.858,81	R\$ 1.657,63	17,2	-10,8	4,5
Acre	R\$ 1.098,07	R\$ 1.759,02	R\$ 1.606,15	60,2	-8,7	46,3
Rio Grande do Norte	R\$ 1.320,66	R\$ 1.740,82	R\$ 1.595,04	31,8	-8,4	20,8
Piauí	R\$ 1.001,94	R\$ 1.602,44	R\$ 1.547,35	59,9	-3,4	54,4
Roraima	R\$ 1.150,81	R\$ 1.720,61	R\$ 1.481,98	49,5	-13,9	28,8
Total	R\$ 2.460,04	R\$ 3.181,08	R\$ 2.876,25	29,3	-9,6	16,9

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego. Rais 2021

Elaboração: DIEESE

Efetivamente, a remuneração média deflacionada no Brasil cresceu 16,9% entre 2002 e 2021. No entanto, houve queda de 9,6% entre 2012 e 2021, indicando desaceleração e perda do poder de compra nesse último período. A Tabela 7 revela trajetória mista, com estados que experimentaram crescimento significativo na remuneração média ao longo de duas décadas, enquanto outros, especialmente na última década, enfrentaram quedas consideráveis.

A Tabela 8 apresenta dados sobre estabelecimentos e trabalhadores em 2002, 2012 e 2021. Entre 2002 e 2012 houve crescimento significativo no número de trabalhadores e estabelecimentos em todos os portes de empresas, especialmente nas grandes (93,9% de crescimento no número de trabalhadores). De 2012 a 2021, essa tendência se reverteu, com quedas generalizadas no número de trabalhadores e estabelecimentos, especialmente em empresas pequenas (-12,2% de trabalhadores e -11,1% de estabelecimentos) e médias (-7,7% de trabalhadores e -8,7% de estabelecimentos).

TABELA 8
NÚMERO DE ESTABELECEMENTOS E CONCENTRAÇÃO,
NÚMERO DE TRABALHADORES E CONCENTRAÇÃO, E VARIAÇÃO POR TAMANHO DE
ESTABELECEMENTO DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO EM 2002/2012/2021

Ano		Micro (até 19)	Pequenas (de 20 a 99)	Médias (100 a 499)	Grandes (500 ou mais)	Total
2002	N. Trab.	1.044.602	1.360.473	1.477.533	1.327.166	5.209.774
	Concent.	20,1%	26,1%	28,4%	25,5%	100,0%
	N. Estab.	216.035	33.326	7.186	1.181	257.728
	Concent.	83,8%	12,9%	2,8%	0,5%	100,0%
2012	N. Trab.	1.476.780	2.003.133	2.095.339	2.573.076	8.148.328
	Concent.	18,1%	24,6%	25,7%	31,6%	100,0%
	N. Estab.	304.102	49.025	10.140	2.088	365.355
	Concent.	83,2%	13,4%	2,8%	0,6%	100,0%
2021	N. Trab.	1.428.800	1.759.365	1.933.211	2.494.364	7.615.740
	Concen.	18,8%	23,1%	25,4%	32,8%	100,0%
	N. Estab.	306.511	43.587	9.260	2.025	361.383
	Concent.	84,8%	12,1%	2,6%	0,6%	100,0%
Variação 2012/2002	N. Trab.	41,4%	47,2%	41,8%	93,9%	56,4%
	N. Estab.	40,8%	47,1%	41,1%	76,8%	41,8%
Variação 2021/2012	N. Trab.	-3,2%	-12,2%	-7,7%	-3,1%	-6,5%
	N. Estab.	0,8%	-11,1%	-8,7%	-3,0%	-1,1%
Variação 2021/2002	N. Trab.	36,8%	29,3%	30,8%	87,9%	46,2%
	N. Estab.	41,9%	30,8%	28,9%	71,5%	40,2%

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego. Rais 2021
Elaboração: DIEESE



ENTRE 2002 E 2012, HOUVE UM CRESCIMENTO SIGNIFICATIVO NO NÚMERO DE TRABALHADORES E ESTABELECEMENTOS. DE 2012 A 2021, A TENDÊNCIA SE REVERTEU: QUEDAS GENERALIZADAS ESPECIALMENTE NAS PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS.

4. O COMPORTAMENTO DA ATIVIDADE INDUSTRIAL NAS CIDADES

Para esse tópico, as 100 principais cidades industriais foram ordenadas de acordo com o número de trabalhadores na indústria de transformação em 2021, com uma análise que considera os períodos de 2002 a 2012, de 2012 a 2021, e de 2002 a 2021. Durante o período 2002/2012, todos esses municípios tiveram saldo positivo, exceto Novo Hamburgo (-3.476) e Sapiranga (-2.001), ambos no Rio Grande do Sul. Em números absolutos, há destaque positivo para as seguintes capitais: São Paulo (115.710), Manaus (67.527), Rio de Janeiro (46.337), Curitiba (36.438) e Fortaleza (33.083). Em termos percentuais, os destaques são Macaé (224,4%), no Rio de Janeiro; Vitória da Conquista (192,8%), na Bahia; Caucaia (155,7%), no Ceará; Aparecida de Goiânia (137,7%) e Rio Verde (134,8%), ambas em Goiás.

Já entre 2012 e 2021, das 100 cidades analisadas, 70 apresentaram saldo negativo, com destaque para as seguintes capitais: São Paulo (-208.252), Rio de Janeiro -63.155, Fortaleza (-30.781), Belo Horizonte (-26.155) e Curitiba (-26.111). Em termos percentuais, das seis maiores quedas, cinco ocorreram no estado de São Paulo: Osasco (-48,0%); Taubaté (-37,2%), São Paulo (-36,3%), São José dos Campos (-35,3%) e Diadema (-33,4%), além de Porto Alegre (-41,2%). Entre os 30 municípios que apresentaram saldo positivo, destacam-se Chapecó (14.003), em Santa Catarina; Toledo (8.840), no Paraná; e Goiana (8.182), em Pernambuco.

Em Goiana (PE), com a chegada da fábrica da Jeep, em 2015, por meio do complexo automotivo da Stellantis, o emprego aumentou 129,3% e o

número de trabalhadores na indústria chegou a 14.511 entre 2012 e 2021. Como aponta estudo da Ceplan (Consultoria Econômica e Planejamento), encomendado pela Stellantis: “desde a instalação da montadora, o município de Goiana ganhou mais peso no PIB pernambucano. De 2010 a 2019, Goiana saltou da 13ª posição no ranking estadual para a 4ª posição”, respondendo por 5,17% da economia pernambucana¹.

Quando se observa o período de 2002 a 2021, 86 cidades apresentaram saldo positivo, com números elevados em Manaus (51.656), Joinville (29.574), Sorocaba (22.015) e Anápolis (20.620). Em termos percentuais, os destaques são Vitória da Conquista (379,6%), Caucaia (309,6%), Goiana (289,3%), Macaé (223,2%) e Anápolis (178,3%). De fato, Anápolis é um município representativo em relação à indústria de transformação por conta do Distrito Agroindustrial, importante polo ligado às indústrias do setor farmacêutico, químico e de alimentos.

Por outro lado, das 14 cidades que apresentaram saldo negativo entre 2002 e 2021, oito estão em território paulista: São Paulo (-92.542), São Bernardo do Campo (-12.167), Osasco (-9.435), São José dos Campos (-8.146), Diadema (-4.830), Franca (-2.679), Santo André (-2.169) e Americana (-968). E em termos percentuais com escala nacional, os destaques negativos ficam com Osasco (-36,8%), São José dos Campos (-21,3%), São Paulo (-20,2%) e São Bernardo do Campo (-14,7%), além de Novo Hamburgo (-33,6%) e Porto Alegre (-27,4%).

¹ Com informações do Automotive Business. Disponível em: <https://automotivebusiness.com.br/pt/posts/mobility-now/como-esta-o-polo-automotivo-da-stellantis-em-pernambuco-7-anos-depois/>

TABELA 9
NÚMERO DE TRABALHADORES, SALDO E VARIAÇÃO % DA INDÚSTRIA
DE TRANSFORMAÇÃO NO TOTAL DOS 100 MUNICÍPIOS - 2002/2012/2021

Ordem	Municípios	Número de trabalhadores			Evolução do emprego					
		2002	2012	2021	2012/2002		2021/2012		2021/2002	
					Saldo	%	Saldo	%	Saldo	%
1º	SP-SÃO PAULO	458.133	573.843	365.591	115.710	25,3	-208.252	-36,3	-92.542	-20,2
2º	RJ-RIO DE JANEIRO	145.580	191.917	128.762	46.337	31,8	-63.155	-32,9	-16.818	-11,6
3º	AM-MANAUS	58.461	125.988	110.117	67.527	115,5	-15.871	-12,6	51.656	88,4
4º	SP-GUARULHOS	79.052	108.445	92.180	29.393	37,2	-16.265	-15,0	13.128	16,6
5º	PR-CURITIBA	71.092	107.530	81.419	36.438	51,3	-26.111	-24,3	10.327	14,5
6º	SC-JOINVILLE	49.534	73.967	79.108	24.433	49,3	5.141	7,0	29.574	59,7
7º	SP- SÃO BERNARDO DO CAMPO	82.575	88.463	70.408	5.888	7,1	-18.055	-20,4	-12.167	-14,7
8º	RS-CAXIAS DO SUL	51.887	83.113	65.265	31.226	60,2	-17.848	-21,5	13.378	25,8
9º	CE-FORTALEZA	59.489	92.572	61.791	33.083	55,6	-30.781	-33,3	2.302	3,9
10º	SP-SOROCABA	33.871	62.840	55.886	28.969	85,5	-6.954	-11,1	22.015	65,0
11º	MG-BELO HORIZONTE	59.263	78.938	52.783	19.675	33,2	-26.155	-33,1	-6.480	-10,9
12º	MG-CONTAGEM	31.701	53.631	47.003	21.930	69,2	-6.628	-12,4	15.302	48,3
13º	SP-JUNDIAÍ	28.900	52.221	45.271	23.321	80,7	-6.950	-13,3	16.371	56,6
14º	SC-BLUMENAU	33.869	48.299	45.089	14.430	42,6	-3.210	-6,6	11.220	33,1
15º	SP-CAMPINAS	44.254	58.930	44.920	14.676	33,2	-14.010	-23,8	666	1,5
16º	GO-GOIÂNIA	37.990	53.475	43.731	15.485	40,8	-9.744	-18,2	5.741	15,1
17º	MG-BETIM	25.416	57.061	43.570	31.645	124,5	-13.491	-23,6	18.154	71,4
18º	SP-PIRACICABA	21.802	43.329	40.697	21.527	98,7	-2.632	-6,1	18.895	86,7
19º	DF-BRASÍLIA	19.177	42.258	38.909	23.081	120,4	-3.349	-7,9	19.732	102,9
20º	SP-DIADEMA	43.370	57.873	38.540	14.503	33,4	-19.333	-33,4	-4.830	-11,1
21º	SC-JARAGUÁ DO SUL	25.523	34.195	35.608	8.672	34,0	1.413	4,1	10.085	39,5
22º	PR- SÃO JOSÉ DOS PINHAIS	19.211	37.745	35.052	18.534	96,5	-2.693	-7,1	15.841	82,5
23º	GO-ANÁPOLIS	11.570	26.747	32.190	15.177	131,2	5.443	20,3	20.620	178,2
24º	SP-LIMEIRA	19.523	32.511	31.708	12.988	66,5	-803	-2,5	12.185	62,4
25º	SC-CHAPECÓ	11.567	16.182	30.185	4.615	39,9	14.003	86,5	18.618	161,0
26º	SP- SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	38.229	46.462	30.083	8.233	21,5	-16.379	-35,3	-8.146	-21,3
27º	PE-RECIFE	27.692	40.052	29.386	12.360	44,6	-10.666	-26,6	1.694	6,1
28º	RS-PORTO ALEGRE	40.272	49.679	29.223	9.407	23,4	-20.456	-41,2	-11.049	-27,4
29º	MG-UBERLÂNDIA	18.513	22.155	28.148	3.642	19,7	5.993	27,1	9.635	52,0
30º	SP-INDAIATUBA	14.491	27.276	27.846	12.785	88,2	570	2,1	13.355	92,2
31º	CE-MARACANAÚ	17.277	27.558	27.471	10.281	59,5	-87	-0,3	10.194	59,0
32º	PR-MARINGÁ	19.718	30.817	27.287	11.099	56,3	-3.530	-11,5	7.569	38,4
33º	SP-SANTO ANDRÉ	28.573	33.031	26.404	4.458	15,6	-6.627	-20,1	-2.169	-7,6
34º	SP-BARUERI	24.982	31.633	25.834	6.651	26,6	-5.799	-18,3	852	3,4
35º	BA-SALVADOR	18.385	34.649	25.634	16.264	88,5	-9.015	-26,0	7.249	39,4
36º	RJ-DUQUE DE CAXIAS	20.477	31.899	25.351	11.422	55,8	-6.548	-20,5	4.874	23,8
37º	SC-BRUSQUE	16.282	24.832	25.298	8.550	52,5	466	1,9	9.016	55,4
38º	SP-RIO CLARO	13.868	24.769	24.970	10.901	78,6	201	0,8	11.102	80,1
39º	ES-SERRA	12.796	22.913	24.297	10.117	79,1	1.384	6,0	11.501	89,9
40º	PR-CASCADEL	8.983	18.101	24.016	9.118	101,5	5.915	32,7	15.033	167,3
41º	SP-AMERICANA	24.761	27.851	23.793	3.090	12,5	-4.058	-14,6	-968	-3,9
42º	SP-FRANCA	26.360	34.045	23.681	7.685	29,2	-10.364	-30,4	-2.679	-10,2
43º	SP-RIBEIRÃO PRETO	15.481	24.658	23.403	9.177	59,3	-1.255	-5,1	7.922	51,2
44º	RS-NOVO HAMBURGO	33.392	29.916	22.156	-3.476	-10,4	-7.760	-25,9	-11.236	-33,6
45º	PR-LONDRINA	20.579	28.852	21.876	8.273	40,2	-6.976	-24,2	1.297	6,3
46º	RJ-VOLTA REDONDA	10.228	16.944	21.696	6.716	65,7	4.752	28,0	11.468	112,1
47º	SP-COTIA	10.770	22.898	21.365	12.128	112,6	-1.533	-6,7	10.595	98,4
48º	RS-GRAVATAÍ	15.775	24.842	21.261	9.067	57,5	-3.581	-14,4	5.486	34,8
49º	BA-CAMAÇARI	14.528	28.318	21.085	13.790	94,9	-7.233	-25,5	6.557	45,1
50º	MG-SETE LAGOAS	10.812	16.040	21.072	5.228	48,4	5.032	31,4	10.260	94,9
51º	SP-MAUÁ	16.761	26.463	20.490	9.702	57,9	-5.973	-22,6	3.729	22,2
52º	SP- SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	12.960	22.789	20.465	9.829	75,8	-2.324	-10,2	7.505	57,9

TABELA 9
NÚMERO DE TRABALHADORES, SALDO E VARIAÇÃO % DA INDÚSTRIA
DE TRANSFORMAÇÃO NO TOTAL DOS 100 MUNICÍPIOS - 2002/2012/2021

Ordem	Municípios	Número de trabalhadores			Evolução do emprego					
		2002	2012	2021	2012/2002		2021/2012		2021/2002	
					Saldo	%	Saldo	%	Saldo	%
53º	GO-APARECIDA DE GOIÂNIA	8.471	20.138	20.128	11.667	137,7	-10	0,0	11.657	137,6
54º	BA-FEIRA DE SANTANA	11.967	21.006	19.929	9.039	75,5	-1.077	-5,1	7.962	66,5
55º	SP- SÃO CARLOS	17.930	19.955	19.900	2.025	11,3	-55	-0,3	1.970	11,0
56º	RS- SÃO LEOPOLDO	12.913	17.636	19.853	4.723	36,6	2.217	12,6	6.940	53,7
57º	SC-CRICÍUMA	12.579	18.246	19.849	5.667	45,1	1.603	8,8	7.270	57,8
58º	SP- SÃO CAETANO DO SUL	14.527	27.856	19.584	13.329	91,8	-8.272	-29,7	5.057	34,8
59º	PR-TOLEDO	9.017	10.625	19.465	1.608	17,8	8.840	83,2	10.448	115,9
60º	MG-JUIZ DE FORA	17.338	20.671	19.345	3.333	19,2	-1.326	-6,4	2.007	11,6
61º	PB-CAMPINA GRANDE	10.559	19.273	18.944	8.714	82,5	-329	-1,7	8.385	79,4
62º	SP-SERTÃOZINHO	10.891	20.177	18.699	9.286	85,3	-1.478	-7,3	7.808	71,7
63º	RS-BENTO GONCALVES	13.349	20.031	18.664	6.682	50,1	-1.367	-6,8	5.315	39,8
64º	RN-NATAL	20.383	23.705	18.634	3.322	16,3	-5.071	-21,4	-1.749	-8,6
65º	MS-CAMPO GRANDE	9.498	18.415	18.598	8.917	93,9	183	1,0	9.100	95,8
66º	SP-SANTA BÁRBARA D'OESTE	11.930	20.860	18.498	8.930	74,9	-2.362	-11,3	6.568	55,1
67º	SP-MOGI DAS CRUZES	11.222	19.350	18.314	8.128	72,4	-1.036	-5,4	7.092	63,2
68º	SP-ITAUQUAQUECETUBA	11.469	18.372	18.163	6.903	60,2	-209	-1,1	6.694	58,4
69º	PR-ARAUCÁRIA	9.439	19.688	18.057	10.249	108,6	-1.631	-8,3	8.618	91,3
70º	PR-PONTA GROSSA	11.677	14.522	18.043	2.845	24,4	3.521	24,2	6.366	54,5
71º	MG-UBERABA	11.038	15.035	17.880	3.997	36,2	2.845	18,9	6.842	62,0
72º	SP-SUMARÉ	9.218	18.154	17.606	8.936	96,9	-548	-3,0	8.388	91,0
73º	SP-ARARAQUARA	8.358	17.865	17.083	9.507	113,7	-782	-4,4	8.725	104,4
74º	SC-ITAJAÍ	7.105	16.443	16.992	9.338	131,4	549	3,3	9.887	139,2
75º	SP-TAUBATÉ	15.294	26.740	16.805	11.446	74,8	-9.935	-37,2	1.511	9,9
76º	SP-ITU	12.043	19.328	16.730	7.285	60,5	-2.598	-13,4	4.687	38,9
77º	SP-SUZANO	15.613	17.744	16.570	2.131	13,6	-1.174	-6,6	957	6,1
78º	RJ-MACAÉ	5.050	16.380	16.324	11.330	224,4	-56	-0,3	11.274	223,2
79º	SP-OSASCO	25.663	31.190	16.228	5.527	21,5	-14.962	-48,0	-9.435	-36,8
80º	SC-SÃO BENTO DO SUL	13.007	15.059	16.187	2.052	15,8	1.128	7,5	3.180	24,4
81º	PR-ARAPONGAS	11.034	18.245	16.076	7.211	65,4	-2.169	-11,9	5.042	45,7
82º	PE-JABOATÃO DOS GUARARAPES	11.571	19.390	16.058	7.819	67,6	-3.332	-17,2	4.487	38,8
83º	SP-JACAREÍ	9.805	14.123	15.625	4.318	44,0	1.502	10,6	5.820	59,4
84º	CE-SOBRAL	14.743	21.603	15.519	6.860	46,5	-6.084	-28,2	776	5,3
85º	RJ-NOVA FRIBURGO	12.438	17.841	15.457	5.403	43,4	-2.384	-13,4	3.019	24,3
86º	PI-TERESINA	12.832	19.027	15.263	6.195	48,3	-3.764	-19,8	2.431	18,9
87º	MG-IPATINGA	13.739	20.467	15.100	6.728	49,0	-5.367	-26,2	1.361	9,9
88º	SP-HORTOLÂNDIA	7.174	16.715	15.098	9.541	133,0	-1.617	-9,7	7.924	110,5
89º	GO-RIO VERDE	6.207	14.576	14.898	8.369	134,8	322	2,2	8.691	140,0
90º	SC-GASPAR	6.666	12.125	14.627	5.459	81,9	2.502	20,6	7.961	119,4
91º	PE-GOIANA	3.727	6.329	14.511	2.602	69,8	8.182	129,3	10.784	289,3
92º	RS-ERECHIM	9.475	13.526	14.338	4.051	42,8	812	6,0	4.863	51,3
93º	SP-VINHEDO	6.971	13.084	14.250	6.113	87,7	1.166	8,9	7.279	104,4
94º	MG-NOVA SERRANA	8.224	17.447	14.190	9.223	112,1	-3.257	-18,7	5.966	72,5
95º	SP-CAJAMAR	9.036	13.119	14.164	4.083	45,2	1.045	8,0	5.128	56,8
96º	RS-SAPIRANGA	18.637	16.636	14.159	-2.001	-10,7	-2.477	-14,9	-4.478	-24,0
97º	AL-MACEIÓ	8.340	17.277	13.982	8.937	107,2	-3.295	-19,1	5.642	67,6
98º	MG-MONTES CLAROS	8.910	9.609	13.897	699	7,8	4.288	44,6	4.987	56,0
99º	BA-VITÓRIA DA CONQUISTA	2.896	8.480	13.888	5.584	192,8	5.408	63,8	10.992	379,6
100º	CE-CAUCAIA	3.388	8.664	13.876	5.276	155,7	5.212	60,2	10.488	309,6

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego. Rais 2021

Elaboração: DIEESE

Na análise da participação proporcional da indústria de transformação no emprego das 100 cidades consideradas (Tabela 10), observa-se queda nos três períodos analisados. De 2002 a 2012, apesar do crescimento de 47,3% no número de trabalhadores, houve queda da participação relativa em 74 delas, com destaque para Suzano (-13,4 p.p.), Novo Hamburgo (-11,7 p.p.), Vinhedo (-11,0 p.p.), Americana (-10,7 p.p.), São Bernardo do Campo (-10,5 p.p.), e Toledo (-10,4 p.p.), no Paraná. Entre as 26 restantes, que tiveram crescimento da participação, os destaques são Goiana, (+12,7 p.p.) e São Caetano do Sul (+10,1 p.p.).

De 2012 a 2021, as cidades que tiveram a maior queda na participação foram:

Sobral (-16,2 p.p), no Ceará; Franca (-11,1 p.p.) e Suzano (-10,9 p.p.), as duas em São Paulo; Nova Serrana (-10,3 p.p.), em Minas Gerais; Maracanaú (-10,1 p.p.), no Ceará; Mauá (-10,0 p.p.), em São Paulo. Já os municípios onde houve crescimento são Goiana (11,9 p.p.); e Chapecó (8,9 p.p). No período completo, de 2002 até 2021, as maiores quedas proporcionais ocorreram em Suzano (-24,3 p.p.); Sobral (-21,8 p.p.); Franca (-20,6 p.p.); Maracanaú (-18,9 p.p.); Novo Hamburgo (-17,5 p.p.) e Osasco (-16,7 p.p.). As cidades de Goiana (+24,7 p.p.) e Vitória da Conquista (+8,5 p.p.) apresentaram maior crescimento.



DAS 14 CIDADES QUE APRESENTARAM SALDO NEGATIVO NO NÚMERO DE TRABALHADORES ENTRE 2002 E 2021, 8 ESTÃO EM TERRITÓRIO PAULISTA.

TABELA 10
QUANTIDADE DE TRABALHADORES E PARTICIPAÇÃO DO EMPREGO DA
INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO NO TOTAL DOS 100 MUNICÍPIOS - 2002/2012/2021

Ordem	Município	2002			2012			2021			Diferença (pontos percentuais)		
		Ind. de trans.	Total	Part.	Ind. de trans.	Total	Part.	Ind. de trans.	Total	Part.	2002-2012	2012-2021	2002-2021
1º	SP-SÃO PAULO	458.133	3.360.921	13,6%	573.843	5.237.258	11,0%	365.591	5.076.570	7,2%	-2,6	-3,8	-6,4
2º	RJ-RIO DE JANEIRO	145.580	1.793.798	8,1%	191.917	2.572.044	7,5%	128.762	2.109.414	6,1%	-0,7	-1,4	-2,0
3º	AM-MANAUS	58.461	260.690	22,4%	125.988	535.702	23,5%	110.117	532.312	20,7%	1,1	-2,8	-1,7
4º	SP-GUARULHOS	79.052	204.937	38,6%	108.445	337.907	32,1%	92.180	342.360	26,9%	-6,5	-5,2	-11,6
5º	PR-CURITIBA	71.092	585.972	12,1%	107.530	967.397	11,1%	81.419	905.840	9,0%	-1,0	-2,1	-3,1
6º	SC-JOINVILLE	49.534	114.011	43,4%	73.967	194.962	37,9%	79.108	223.187	35,4%	-5,5	-2,5	-8,0
7º	SP-SÃO BERNARDO DO CAMPO	82.575	194.909	42,4%	88.463	277.574	31,9%	70.408	262.693	26,8%	-10,5	-5,1	-15,6
8º	RS-CAXIAS DO SUL	51.887	109.526	47,4%	83.113	179.868	46,2%	65.265	159.093	41,0%	-1,2	-5,2	-6,4
9º	CE-FORTALEZA	59.489	440.636	13,5%	92.572	800.045	11,6%	61.791	764.290	8,1%	-1,9	-3,5	-5,4
10º	SP-SOROCABA	33.871	99.001	34,2%	62.840	193.958	32,4%	55.886	205.332	27,2%	-1,8	-5,2	-7,0
11º	MG-BELO HORIZONTE	59.263	927.121	6,4%	78.938	1.411.147	5,6%	52.783	1.244.635	4,2%	-0,8	-1,4	-2,2
12º	MG-CONTAGEM	31.701	114.559	27,7%	53.631	203.450	26,4%	47.003	203.301	23,1%	-1,3	-3,2	-4,6
13º	SP-JUNDIAÍ	28.900	90.690	31,9%	52.221	178.248	29,3%	45.271	177.390	25,5%	-2,6	-3,8	-6,3
14º	SC-BLUMENAU	33.869	84.349	40,2%	48.299	132.923	36,3%	45.089	138.862	32,5%	-3,8	-3,9	-7,7
15º	SP-CAMPINAS	44.254	253.408	17,5%	58.930	416.146	14,2%	44.920	410.815	10,9%	-3,3	-3,2	-6,5
16º	GO-GOIÂNIA	37.990	370.431	10,3%	53.475	606.571	8,8%	43.731	582.417	7,5%	-1,4	-1,3	-2,7
17º	MG-BETIM	25.416	65.608	38,7%	57.061	121.364	47,0%	43.570	113.746	38,3%	8,3	-8,7	-0,4
18º	SP-PIRACICABA	21.802	71.311	30,6%	43.329	130.996	33,1%	40.697	128.124	31,8%	2,5	-1,3	1,2
19º	DF-BRASÍLIA	19.177	813.591	2,4%	42.258	1.181.649	3,6%	38.909	1.084.527	3,6%	1,2	0,0	1,2
20º	SP-DIADEMA	43.370	73.444	59,1%	57.873	111.978	51,7%	38.540	89.452	43,1%	-7,4	-8,6	-16,0
21º	SC-JARAGUÁ DO SUL	25.523	43.605	58,5%	34.195	65.734	52,0%	35.608	71.667	49,7%	-6,5	-2,3	-8,8
22º	PR-SÃO JOSÉ DOS PINHAIS	19.211	43.674	44,0%	37.745	97.832	38,6%	35.052	103.295	33,9%	-5,4	-4,6	-10,1
23º	GO-ANÁPOLIS	11.570	47.268	24,5%	26.747	94.989	28,2%	32.190	103.292	31,2%	3,7	3,0	6,7
24º	SP-LIMEIRA	19.523	48.828	40,0%	32.511	85.418	38,1%	31.708	87.275	36,3%	-1,9	-1,7	-3,7
25º	SC-CHAPECÓ	11.567	34.886	33,2%	16.182	70.828	22,8%	30.185	95.068	31,8%	-10,3	8,9	-1,4
26º	SP-SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	38.229	128.211	29,8%	46.462	209.007	22,2%	30.083	184.473	16,3%	-7,6	-5,9	-13,5
27º	PE-RECIFE	27.692	437.873	6,3%	40.052	736.715	5,4%	29.386	669.625	4,4%	-0,9	-1,0	-1,9
28º	RS-PORTO ALEGRE	40.272	553.308	7,3%	49.679	767.128	6,5%	29.223	656.993	4,4%	-0,8	-2,0	-2,8
29º	MG-UBERLÂNDIA	18.513	112.284	16,5%	22.155	198.503	11,2%	28.148	230.565	12,2%	-5,3	1,0	-4,3
30º	SP-INDAIATUBA	14.491	35.457	40,9%	27.276	69.793	39,1%	27.846	83.419	33,4%	-1,8	-5,7	-7,5
31º	CE-MARACANAÚ	17.277	27.318	63,2%	27.558	50.636	54,4%	27.471	61.977	44,3%	-8,8	-10,1	-18,9
32º	PR-MARINGÁ	19.718	84.136	23,4%	30.817	149.592	20,6%	27.287	165.356	16,5%	-2,8	-4,1	-6,9
33º	SP-SANTO ANDRÉ	28.573	121.170	23,6%	33.031	205.351	16,1%	26.404	203.274	13,0%	-7,5	-3,1	-10,6
34º	SP-BARUERI	24.982	145.955	17,1%	31.633	250.227	12,6%	25.834	318.988	8,1%	-4,5	-4,5	-9,0
35º	BA-SALVADOR	18.385	554.971	3,3%	34.649	840.300	4,1%	25.634	744.571	3,4%	0,8	-0,7	0,1
36º	RJ-DUQUE DE CAXIAS	20.477	100.062	20,5%	31.899	172.989	18,4%	25.351	151.521	16,7%	-2,0	-1,7	-3,7
37º	SC-BRUSQUE	16.282	28.602	56,9%	24.832	48.292	51,4%	25.298	53.736	47,1%	-5,5	-4,3	-9,8
38º	SP-RIO CLARO	13.868	37.419	37,1%	24.769	66.170	37,4%	24.970	66.777	37,4%	0,4	0,0	0,3
39º	ES-SERRA	12.796	58.350	21,9%	22.913	128.909	17,8%	24.297	145.144	16,7%	-4,2	-1,0	-5,2
40º	PR-CASCADEL	8.983	51.882	17,3%	18.101	94.767	19,1%	24.016	114.974	20,9%	1,8	1,8	3,6
41º	SP-AMERICANA	24.761	54.309	45,6%	27.851	79.928	34,8%	23.793	74.759	31,8%	-10,7	-3,0	-13,8
42º	SP-FRANCA	26.360	55.419	47,6%	34.045	89.472	38,1%	23.681	87.926	26,9%	-9,5	-11,1	-20,6
43º	SP-RIBEIRÃO PRETO	15.481	126.303	12,3%	24.658	222.545	11,1%	23.403	233.280	10,0%	-1,2	-1,0	-2,2
44º	RS-NOVO HAMBURGO	33.392	68.803	48,5%	29.916	81.319	36,8%	22.156	71.498	31,0%	-11,7	-5,8	-17,5
45º	PR-LONDRINA	20.579	108.620	18,9%	28.852	167.088	17,3%	21.876	161.198	13,6%	-1,7	-3,7	-5,4
46º	RJ-VOLTA REDONDA	10.228	52.070	19,6%	16.944	77.322	21,9%	21.696	79.929	27,1%	2,3	5,2	7,5
47º	SP-COTIA	10.770	38.648	27,9%	22.898	79.948	28,6%	21.365	80.710	26,5%	0,8	-2,2	-1,4
48º	RS-GRAVATAÍ	15.775	32.645	48,3%	24.842	54.245	45,8%	21.261	53.591	39,7%	-2,5	-6,1	-8,7
49º	BA-CAMAÇARI	14.528	39.138	37,1%	28.318	75.642	37,4%	21.085	70.865	29,8%	0,3	-7,7	-7,4
50º	MG-SETE LAGOAS	10.812	33.275	32,5%	16.040	59.832	26,8%	21.072	64.139	32,9%	-5,7	6,0	0,4

TABELA 10
QUANTIDADE DE TRABALHADORES E PARTICIPAÇÃO DO EMPREGO DA
INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO NO TOTAL DOS 100 MUNICÍPIOS - 2002/2012/2021

Ordem	Município	2002			2012			2021			Diferença (pontos percentuais)		
		Ind. de trans.	Total	Part.	Ind. de trans.	Total	Part.	Ind. de trans.	Total	Part.	2002-2012	2012-2021	2002-2021
51º	SP-MAUÁ	16.761	37.433	44,8%	26.463	66.218	40,0%	20.490	68.403	30,0%	-4,8	-10,0	-14,8
52º	SP-SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	12.960	76.188	17,0%	22.789	137.363	16,6%	20.465	140.514	14,6%	-0,4	-2,0	-2,4
53º	GO-APARECIDA DE GOIÂNIA	8.471	47.501	17,8%	20.138	110.731	18,2%	20.128	115.543	17,4%	0,4	-0,8	-0,4
54º	BA-FEIRA DE SANTANA	11.967	57.623	20,8%	21.006	117.868	17,8%	19.929	125.064	15,9%	-2,9	-1,9	-4,8
55º	SP-SÃO CARLOS	17.930	50.614	35,4%	19.955	75.243	26,5%	19.900	79.515	25,0%	-8,9	-1,5	-10,4
56º	RS-SÃO LEOPOLDO	12.913	40.700	31,7%	17.636	61.185	28,8%	19.853	59.594	33,3%	-2,9	4,5	1,6
57º	SC-CRICÍUMA	12.579	41.798	30,1%	18.246	65.207	28,0%	19.849	73.675	26,9%	-2,1	-1,0	-3,2
58º	SP-SÃO CAETANO DO SUL	14.527	109.882	13,2%	27.856	119.514	23,3%	19.584	104.912	18,7%	10,1	-4,6	5,4
59º	PR-TOLEDO	9.017	23.127	39,0%	10.625	37.187	28,6%	19.465	56.698	34,3%	-10,4	5,8	-4,7
60º	MG-JUIZ DE FORA	17.338	96.035	18,1%	20.671	150.360	13,7%	19.345	143.531	13,5%	-4,3	-0,3	-4,6
61º	PB-CAMPINA GRANDE	10.559	45.776	23,1%	19.273	93.350	20,6%	18.944	111.851	16,9%	-2,4	-3,7	-6,1
62º	SP-SERTÃOZINHO	10.891	26.363	41,3%	20.177	43.942	45,9%	18.699	44.536	42,0%	4,6	-3,9	0,7
63º	RS-BENTO GONÇALVES	13.349	26.858	49,7%	20.031	43.113	46,5%	18.664	45.819	40,7%	-3,2	-5,7	-9,0
64º	RN-NATAL	20.383	150.339	13,6%	23.705	320.671	7,4%	18.634	291.078	6,4%	-6,2	-1,0	-7,2
65º	MS-CAMPO GRANDE	9.498	170.479	5,6%	18.415	265.828	6,9%	18.598	288.885	6,4%	1,4	-0,5	0,9
66º	SP-SANTA BÁRBARA D'OESTE	11.930	25.317	47,1%	20.860	44.936	46,4%	18.498	48.676	38,0%	-0,7	-8,4	-9,1
67º	SP-MOGI DAS CRUZES	11.222	50.479	22,2%	19.350	98.860	19,6%	18.314	103.090	17,8%	-2,7	-1,8	-4,5
68º	SP-ITAQUAQUECETUBA	11.469	24.450	46,9%	18.372	41.860	43,9%	18.163	48.049	37,8%	-3,0	-6,1	-9,1
69º	PR-ARAUCÁRIA	9.439	23.272	40,6%	19.688	44.878	43,9%	18.057	44.528	40,6%	3,3	-3,3	0,0
70º	PR-PONTA GROSSA	11.677	50.155	23,3%	14.522	81.604	17,8%	18.043	95.014	19,0%	-5,5	1,2	-4,3
71º	MG-UBERABA	11.038	56.779	19,4%	15.035	85.775	17,5%	17.880	93.921	19,0%	-1,9	1,5	-0,4
72º	SP-SUMARÉ	9.218	23.095	39,9%	18.154	50.430	36,0%	17.606	58.677	30,0%	-3,9	-6,0	-9,9
73º	SP-ARARAQUARA	8.358	46.171	18,1%	17.865	74.989	23,8%	17.083	76.996	22,2%	5,7	-1,6	4,1
74º	SC-ITAJAÍ	7.105	41.056	17,3%	16.443	76.317	21,5%	16.992	102.172	16,6%	4,2	-4,9	-0,7
75º	SP-TAUBATÉ	15.294	53.227	28,7%	26.740	87.410	30,6%	16.805	78.962	21,3%	1,9	-9,3	-7,5
76º	SP-ITU	12.043	32.470	37,1%	19.328	56.270	34,3%	16.730	55.575	30,1%	-2,7	-4,2	-7,0
77º	SP-SUZANO	15.613	32.445	48,1%	17.744	51.121	34,7%	16.570	69.630	23,8%	-13,4	-10,9	-24,3
78º	RJ-MACAÉ	5.050	56.521	8,9%	16.380	141.734	11,6%	16.324	122.420	13,3%	2,6	1,8	4,4
79º	SP-OSASCO	25.663	100.235	25,6%	31.190	173.848	17,9%	16.228	182.529	8,9%	-7,7	-9,1	-16,7
80º	SC-SÃO BENTO DO SUL	13.007	22.525	57,7%	15.059	27.582	54,6%	16.187	30.554	53,0%	-3,1	-1,6	-4,8
81º	PR-ARAPONGAS	11.034	21.200	52,0%	18.245	36.903	49,4%	16.076	37.638	42,7%	-2,6	-6,7	-9,3
82º	PE-JABOATÃO DOS GUARARAPES	11.571	58.213	19,9%	19.390	110.516	17,5%	16.058	98.570	16,3%	-2,3	-1,3	-3,6
83º	SP-JACARÉ	9.805	31.588	31,0%	14.123	46.435	30,4%	15.625	50.516	30,9%	-0,6	0,5	-0,1
84º	CE-SOBRAL	14.743	27.251	54,1%	21.603	44.548	48,5%	15.519	48.010	32,3%	-5,6	-16,2	-21,8
85º	RJ-NOVA FRIBURGO	12.438	34.491	36,1%	17.841	51.040	35,0%	15.457	52.025	29,7%	-1,1	-5,2	-6,4
86º	PI-TERESINA	12.832	167.932	7,6%	19.027	272.722	7,0%	15.263	264.071	5,8%	-0,7	-1,2	-1,9
87º	MG-IPATINGA	13.739	47.462	28,9%	20.467	74.047	27,6%	15.100	71.793	21,0%	-1,3	-6,6	-7,9
88º	SP-HORTOLÂNDIA	7.174	15.762	45,5%	16.715	43.786	38,2%	15.098	49.064	30,8%	-7,3	-7,4	-14,7
89º	GO-RIO VERDE	6.207	26.018	23,9%	14.576	54.018	27,0%	14.898	64.420	23,1%	3,1	-3,9	-0,7
90º	SC-GASPAR	6.666	11.085	60,1%	12.125	20.397	59,4%	14.627	26.690	54,8%	-0,7	-4,6	-5,3
91º	PE-GOIANA	3.727	10.383	35,9%	6.329	13.012	48,6%	14.511	23.960	60,6%	12,7	11,9	24,7
92º	RS-ERECHIM	9.475	24.274	39,0%	13.526	40.588	33,3%	14.338	38.372	37,4%	-5,7	4,0	-1,7
93º	SP-VINHEDO	6.971	15.012	46,4%	13.084	36.883	35,5%	14.250	40.556	35,1%	-11,0	-0,3	-11,3
94º	MG-NOVA SERRANA	8.224	11.378	72,3%	17.447	26.129	66,8%	14.190	25.126	56,5%	-5,5	-10,3	-15,8
95º	SP-CAJAMAR	9.036	42.468	21,3%	13.119	41.431	31,7%	14.164	50.797	27,9%	10,4	-3,8	6,6
96º	RS-SAPIRANGA	18.637	25.572	72,9%	16.636	25.628	64,9%	14.159	23.959	59,1%	-8,0	-5,8	-13,8
97º	AL-MACEIÓ	8.340	148.256	5,6%	17.277	259.697	6,7%	13.982	260.052	5,4%	1,0	-1,3	-0,2
98º	MG-MONTES CLAROS	8.910	46.602	19,1%	9.609	81.647	11,8%	13.897	93.434	14,9%	-7,4	3,1	-4,2
99º	BA-VITÓRIA DA CONQUISTA	2.896	30.300	9,6%	8.480	64.568	13,1%	13.888	77.096	18,0%	3,6	4,9	8,5
100º	CE-CAUCAIA	3.388	12.169	27,8%	8.664	26.739	32,4%	13.876	46.040	30,1%	4,6	-2,3	2,3
	Total	2.589.116	15.779.731	16,4%	3.814.262	25.397.836	15,0%	3.185.422	24.446.845	13,0%	-1,4	-2,0	-3,4

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego. Rais 2021

Elaboração: DIEESE

4.1 A MUDANÇA DE POSIÇÃO DAS CIDADES NO RANKING DO EMPREGO INDUSTRIAL

Manaus, capital do Amazonas, subiu da 8ª para a 3ª posição no ranking dos empregos industriais entre 2002 e 2022. A cidade conta, desde 1967, com o Polo Industrial de Manaus, instalado em uma área de 10 mil km² e que recebe uma série de incentivos fiscais e extrafiscais por meio da Zona Franca de Manaus. A instalação do Polo e a construção da Zona Franca geraram grande demanda por trabalhadores e trabalhadoras, principalmente no setor da indústria de transformação. No Polo industrial, predominam bens de informática, eletroeletrônicos e de produção de motocicletas, com transbordamento para diferentes setores. Entre diversos exemplos, a Positivo Tecnologia instalou uma fábrica na cidade em 2008, assim como a Dafra Motos, em 2007. Além disso, o complexo de produção da Samsung em Manaus foi inaugurado em 2011 e é o segundo maior da empresa, atrás apenas da fábrica na Coreia do Sul².

Joinville, município localizado na região norte de Santa Catarina, subiu da 10ª para a 6ª posição e possui grande presença de indústrias, principalmente nos setores metalúrgico, mecânico, têxtil e plástico. Também é muito expressivo na mobilidade de cargas, por conta da proximidade com portos, rodovias e ferrovias. Entre os destaques está a General Motors, que abriu uma fábrica de motores, cabeçotes e blocos no município³.

Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul, caiu da 13ª para a 28ª posição. O processo de desindustrialização que atinge a cidade é combinado ao avanço do comércio e dos serviços, mas a cidade ainda possui indústrias relevantes, como a metalúrgica Staiger, a papelreira Tamaco e a Indústria Alimentícia Haiti.

Jundiaí, município de São Paulo, subiu da 20ª para a 13ª posição. Com um parque industrial diversificado, abriga grandes fábricas, como Coca-Cola, Ambev, Vinagre Castelo e Vinagre Toscano, que são classificadas como indústrias do setor de bebidas. Louças e cerâmicas também possuem grande participação, assim como papel e embalagens, produtos químicos, máquinas e equipamentos⁴. A localização estratégica, próxima à capital e com fácil acesso a rodovias e ferrovias, assim como a infraestrutura presente na cidade, fortalecem o ambiente.

São José dos Campos, localizada no estado de São Paulo, caiu da 14ª para a 26ª posição. A cidade possui um vasto complexo industrial, principalmente ligado às cadeias produtivas de aeronáutica, automobilística, espacial e defesa, química e farmacêutica, óleo e energia. Na cidade, o distrito empresarial das Chácaras Reunidas concentra empresas de pequeno e médio porte que, majoritariamente, fornecem peças e equipamentos

² Disponível em: <https://www.techtudo.com.br/noticias/2012/06/galaxy-siii-ja-esta-sendo-montado-na-fabrica-da-samsung-no-brasil.ghtml>. Acesso em 26/06/2024.

³ A fábrica em Joinville é reconhecida pelos processos de conservação ambiental e eficiência energética, que a colocam entre as indústrias mais sustentáveis e modernas da GM no mundo. Acesso em: <https://media.gm.com/media/br/pt/chevrolet/home.detail.html/content/Pages/news/br/pt/2023/feb/0227-joinville.html>. Acesso em 26/06/2024.

⁴ Disponível em: <https://jundiai.sp.gov.br/desenvolvimento-economico/vantagens/a-forca-da-industria/>. Acesso em 26/06/2024.

para grandes indústrias locais. Essa estrutura favorável ao desenvolvimento das atividades industriais atrai empreendimentos do setor de comércio e prestação de serviços⁵. Entre as principais empresas instaladas na cidade estão

Embraer, Boeing, General Motors (GM) e Johnson & Johnson. Na direção inversa, Sorocaba, que ocupava a 16ª posição em 2002, passou para a 10ª, em 2021, com a chegada da primeira fábrica da Toyota em 2012.



MANAUS, JOINVILLE, JUNDIAÍ E SOROCABA DESTACAM-SE POSITIVAMENTE NAS MUDANÇAS NO RANKING DO EMPREGO INDUSTRIAL.

4. 2 A MUDANÇA DE POSIÇÃO DAS CIDADES NA REMUNERAÇÃO DO EMPREGO INDUSTRIAL

Conforme apresentamos na Tabela 11, de 2002 a 2012 apenas três cidades dentre as 100 analisadas tiveram queda na remuneração média real: Volta Redonda (-21,0%), no Rio de Janeiro; Natal (-6,4%), no Rio Grande do Norte; e Jacareí (-5,0%), em São Paulo. De 2012 a 2021, somente 24 cidades tiveram crescimento real na remuneração média da indústria de transformação, com destaque para Anápolis (19,6%), em Goiás; e Nova Serrana (14,7%) e Sete Lagoas (13,2%), em Minas Gerais. No período completo de 2002 a 2021, os destaques positivos ficam para Nova Serrana (98,2%); Caucaia (94,1%), no Ceará; Anápolis (82,9%); Goiana (72,3%), em Pernambuco; e Sete Lagoas (71,1%). Já os negativos ficam com Volta Redonda (-49,3%); São Caetano do Sul (-31,0%), Taubaté (-18,7%) e Jacareí (-12,9%), além de Serra (-12,6%), no Espírito Santo.

DE 2002 A 2012, APENAS TRÊS DAS 100 CIDADES ANALISADAS APRESENTARAM QUEDA NA REMUNERAÇÃO MÉDIA REAL. DE 2012 A 2021, SOMENTE 24 APRESENTARAM CRESCIMENTO.

⁵Disponível em: <https://www.sjc.sp.gov.br/servicos/inovacao-e-desenvolvimento-economico/investimento/complexo-industrial/>. Acesso em 26/06/2024.

TABELA 11
REMUNERAÇÃO MÉDIA REAL DA INDÚSTRIA DE
TRANSFORMAÇÃO NO TOTAL DOS 100 MAIORES
MUNICÍPIOS INDUSTRIAIS - 2002/2012/2021

Ordem	Municípios	Remuneração Média Real			Evolução da Rem. Média Real		
		2002	2012	2021	2012/2002	2021/2012	2021/2002
1º	SP-SÃO PAULO	R\$ 3.813,17	R\$ 4.630,50	R\$ 4.248,77	21,4%	-8,2%	11,4%
2º	RJ-RIO DE JANEIRO	R\$ 3.599,04	R\$ 5.881,71	R\$ 5.496,96	63,4%	-6,5%	52,7%
3º	AM-MANAUS	R\$ 2.744,30	R\$ 3.047,07	R\$ 2.823,45	11,0%	-7,3%	2,9%
4º	SP-GUARULHOS	R\$ 3.355,83	R\$ 4.141,04	R\$ 3.658,02	23,4%	-11,7%	9,0%
5º	PR-CURITIBA	R\$ 3.092,44	R\$ 4.085,03	R\$ 3.808,02	32,1%	-6,8%	23,1%
6º	SC-JOINVILLE	R\$ 3.057,71	R\$ 3.538,83	R\$ 3.225,20	15,7%	-8,9%	5,5%
7º	SP-SÃO BERNARDO DO CAMPO	R\$ 5.868,56	R\$ 6.870,37	R\$ 5.366,80	17,1%	-21,9%	-8,5%
8º	RS-CAXIAS DO SUL	R\$ 2.729,23	R\$ 3.587,39	R\$ 3.232,15	31,4%	-9,9%	18,4%
9º	CE-FORTALEZA	R\$ 1.150,91	R\$ 1.760,71	R\$ 1.665,68	53,0%	-5,4%	44,7%
10º	SP-SOROCABA	R\$ 3.689,18	R\$ 4.630,61	R\$ 4.324,29	25,5%	-6,6%	17,2%
11º	MG-BELO HORIZONTE	R\$ 2.389,22	R\$ 3.374,16	R\$ 2.989,24	41,2%	-11,4%	25,1%
12º	MG-CONTAGEM	R\$ 2.416,19	R\$ 3.366,11	R\$ 3.119,06	39,3%	-7,3%	29,1%
13º	SP-JUNDIAÍ	R\$ 3.530,46	R\$ 4.531,76	R\$ 4.480,42	28,4%	-1,1%	26,9%
14º	SC-BLUMENAU	R\$ 2.065,07	R\$ 2.706,11	R\$ 2.618,53	31,0%	-3,2%	26,8%
15º	SP-CAMPINAS	R\$ 4.347,73	R\$ 5.099,98	R\$ 4.657,64	17,3%	-8,7%	7,1%
16º	GO-GOIÂNIA	R\$ 1.415,23	R\$ 2.119,40	R\$ 2.163,37	49,8%	2,1%	52,9%
17º	MG-BETIM	R\$ 3.295,87	R\$ 4.520,37	R\$ 3.844,82	37,2%	-14,9%	16,7%
18º	SP-PIRACICABA	R\$ 3.315,31	R\$ 4.608,38	R\$ 3.499,67	39,0%	-24,1%	5,6%
19º	DF-BRASÍLIA	R\$ 2.477,64	R\$ 2.784,81	R\$ 2.273,17	12,4%	-18,4%	-8,3%
20º	SP-DIADEMA	R\$ 3.295,91	R\$ 3.944,81	R\$ 3.606,19	19,7%	-8,6%	9,4%
21º	SC-JARAGUÁ DO SUL	R\$ 2.233,43	R\$ 2.960,70	R\$ 2.909,00	32,6%	-1,7%	30,2%
22º	PR-SÃO JOSÉ DOS PINHAIS	R\$ 3.169,13	R\$ 4.444,22	R\$ 3.878,99	40,2%	-12,7%	22,4%
23º	GO-ANÁPOLIS	R\$ 1.587,38	R\$ 2.428,21	R\$ 2.903,11	53,0%	19,6%	82,9%
24º	SP-LIMEIRA	R\$ 3.097,41	R\$ 3.659,36	R\$ 3.526,24	18,1%	-3,6%	13,8%
25º	SC-CHAPECÓ	R\$ 1.702,55	R\$ 2.577,23	R\$ 2.569,30	51,4%	-0,3%	50,9%
26º	SP-SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	R\$ 6.626,25	R\$ 7.887,03	R\$ 5.951,86	19,0%	-24,5%	-10,2%
27º	PE-RECIFE	R\$ 2.208,54	R\$ 2.502,57	R\$ 2.321,44	13,3%	-7,2%	5,1%
28º	RS-PORTO ALEGRE	R\$ 2.785,50	R\$ 3.572,05	R\$ 3.252,63	28,2%	-8,9%	16,8%
29º	MG-UBERLÂNDIA	R\$ 1.961,03	R\$ 2.498,38	R\$ 2.636,72	27,4%	5,5%	34,5%
30º	SP-INDAIATUBA	R\$ 2.913,80	R\$ 4.524,38	R\$ 4.373,67	55,3%	-3,3%	50,1%
31º	CE-MARACANAÚ	R\$ 1.586,51	R\$ 2.110,63	R\$ 2.222,64	33,0%	5,3%	40,1%
32º	PR-MARINGÁ	R\$ 1.447,63	R\$ 2.280,90	R\$ 2.335,56	57,6%	2,4%	61,3%
33º	SP-SANTO ANDRÉ	R\$ 4.031,07	R\$ 4.687,59	R\$ 3.764,62	16,3%	-19,7%	-6,6%
34º	SP-BARUERI	R\$ 4.235,79	R\$ 4.793,11	R\$ 4.215,44	13,2%	-12,1%	-0,5%
35º	BA-SALVADOR	R\$ 1.871,78	R\$ 2.868,81	R\$ 2.314,27	53,3%	-19,3%	23,6%
36º	RJ-DUQUE DE CAXIAS	R\$ 2.935,86	R\$ 4.017,91	R\$ 3.450,20	36,9%	-14,1%	17,5%
37º	SC-BRUSQUE	R\$ 2.000,07	R\$ 2.615,81	R\$ 2.690,92	30,8%	2,9%	34,5%
38º	SP-RIO CLARO	R\$ 2.948,70	R\$ 3.456,53	R\$ 3.270,56	17,2%	-5,4%	10,9%
39º	ES-SERRA	R\$ 3.874,84	R\$ 4.064,69	R\$ 3.386,41	4,9%	-16,7%	-12,6%
40º	PR-CASCADEL	R\$ 1.306,56	R\$ 2.125,10	R\$ 2.170,89	62,6%	2,2%	66,2%
41º	SP-AMERICANA	R\$ 2.886,99	R\$ 3.423,77	R\$ 3.120,57	18,6%	-8,9%	8,1%
42º	SP-FRANCA	R\$ 1.529,37	R\$ 1.969,40	R\$ 1.910,80	28,8%	-3,0%	24,9%
43º	SP-RIBEIRÃO PRETO	R\$ 2.347,30	R\$ 3.027,49	R\$ 2.794,30	29,0%	-7,7%	19,0%
44º	RS-NOVO HAMBURGO	R\$ 1.766,91	R\$ 2.285,10	R\$ 2.237,93	29,3%	-2,1%	26,7%
45º	PR-LONDRINA	R\$ 1.857,65	R\$ 2.433,05	R\$ 2.564,70	31,0%	5,4%	38,1%
46º	RJ-VOLTA REDONDA	R\$ 4.826,83	R\$ 3.811,90	R\$ 2.445,85	-21,0%	-35,8%	-49,3%
47º	SP-COTIA	R\$ 4.202,37	R\$ 4.410,76	R\$ 4.233,23	5,0%	-4,0%	0,7%
48º	RS-GRAVATAÍ	R\$ 3.397,19	R\$ 3.626,57	R\$ 3.305,00	6,8%	-8,9%	-2,7%
49º	BA-CAMAÇARI	R\$ 5.988,16	R\$ 6.184,99	R\$ 5.317,99	3,3%	-14,0%	-11,2%
50º	MG-SETE LAGOAS	R\$ 1.680,62	R\$ 2.540,18	R\$ 2.875,62	51,1%	13,2%	71,1%
51º	SP-MAUÁ	R\$ 4.244,41	R\$ 4.489,97	R\$ 4.023,76	5,8%	-10,4%	-5,2%
52º	SP-SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	R\$ 1.794,51	R\$ 2.529,35	R\$ 2.478,23	40,9%	-2,0%	38,1%

TABELA 11
REMUNERAÇÃO MÉDIA REAL DA INDÚSTRIA DE
TRANSFORMAÇÃO NO TOTAL DOS 100 MAIORES
MUNICÍPIOS INDUSTRIAIS - 2002/2012/2021

Ordem	Municípios	Remuneração Média Real			Evolução da Rem. Média Real		
		2002	2012	2021	2012/2002	2021/2012	2021/2002
53ª	GO-APARECIDA DE GOIÂNIA	R\$ 1.325,34	R\$ 2.154,29	R\$ 2.157,82	62,5%	0,2%	62,8%
54ª	BA-FEIRA DE SANTANA	R\$ 1.301,31	R\$ 2.115,23	R\$ 2.112,73	62,5%	-0,1%	62,4%
55ª	SP- SÃO CARLOS	R\$ 2.633,44	R\$ 3.504,99	R\$ 3.539,28	33,1%	1,0%	34,4%
56ª	RS- SÃO LEOPOLDO	R\$ 2.623,06	R\$ 3.413,96	R\$ 3.446,86	30,2%	1,0%	31,4%
57ª	SC-CRICIÚMA	R\$ 1.916,27	R\$ 2.742,56	R\$ 2.736,82	43,1%	-0,2%	42,8%
58ª	SP- SÃO CAETANO DO SUL	R\$ 4.630,67	R\$ 6.120,82	R\$ 3.195,36	32,2%	-47,8%	-31,0%
59ª	PR-TOLEDO	R\$ 1.560,52	R\$ 2.371,79	R\$ 2.635,92	52,0%	11,1%	68,9%
60ª	MG-JUIZ DE FORA	R\$ 1.958,54	R\$ 2.283,35	R\$ 2.187,38	16,6%	-4,2%	11,7%
61ª	PB-CAMPINA GRANDE	R\$ 1.171,97	R\$ 1.708,63	R\$ 1.700,64	45,8%	-0,5%	45,1%
62ª	SP-SERTÃOZINHO	R\$ 3.052,11	R\$ 4.258,50	R\$ 3.384,45	39,5%	-20,5%	10,9%
63ª	RS-BENTO GONÇALVES	R\$ 2.243,12	R\$ 3.116,87	R\$ 3.028,66	39,0%	-2,8%	35,0%
64ª	RN-NATAL	R\$ 1.650,59	R\$ 1.544,15	R\$ 1.560,55	-6,4%	1,1%	-5,5%
65ª	MS-CAMPO GRANDE	R\$ 1.527,61	R\$ 2.080,46	R\$ 2.123,00	36,2%	2,0%	39,0%
66ª	SP-SANTA BÁRBARA D'OESTE	R\$ 2.463,60	R\$ 3.277,16	R\$ 2.880,58	33,0%	-12,1%	16,9%
67ª	SP-MOGI DAS CRUZES	R\$ 3.390,35	R\$ 3.984,76	R\$ 3.368,62	17,5%	-15,5%	-0,6%
68ª	SP-ITAQUAQUECETUBA	R\$ 2.325,99	R\$ 2.778,78	R\$ 2.520,02	19,5%	-9,3%	8,3%
69ª	PR-ARAUCÁRIA	R\$ 2.937,82	R\$ 4.741,97	R\$ 3.965,26	61,4%	-16,4%	35,0%
70ª	PR-PONTA GROSSA	R\$ 2.145,14	R\$ 2.977,47	R\$ 3.152,20	38,8%	5,9%	46,9%
71ª	MG-UBERABA	R\$ 1.911,65	R\$ 2.871,05	R\$ 2.843,12	50,2%	-1,0%	48,7%
72ª	SP-SUMARÉ	R\$ 5.069,26	R\$ 6.982,31	R\$ 5.538,94	37,7%	-20,7%	9,3%
73ª	SP-ARARAQUARA	R\$ 2.750,16	R\$ 3.249,80	R\$ 2.803,61	18,2%	-13,7%	1,9%
74ª	SC-ITAJAÍ	R\$ 2.016,13	R\$ 3.108,92	R\$ 2.791,51	54,2%	-10,2%	38,5%
75ª	SP-TAUBATÉ	R\$ 5.636,75	R\$ 6.209,93	R\$ 4.583,70	10,2%	-26,2%	-18,7%
76ª	SP-ITU	R\$ 3.107,37	R\$ 3.922,52	R\$ 3.570,43	26,2%	-9,0%	14,9%
77ª	SP-SUZANO	R\$ 3.792,34	R\$ 4.611,88	R\$ 4.382,64	21,6%	-5,0%	15,6%
78ª	RJ-MACAÉ	R\$ 3.361,36	R\$ 5.947,39	R\$ 4.063,74	76,9%	-31,7%	20,9%
79ª	SP-OSASCO	R\$ 3.449,92	R\$ 4.143,54	R\$ 3.787,42	20,1%	-8,6%	9,8%
80ª	SC- SÃO BENTO DO SUL	R\$ 2.080,80	R\$ 2.538,38	R\$ 2.647,22	22,0%	4,3%	27,2%
81ª	PR-ARAPONGAS	R\$ 1.570,71	R\$ 2.512,11	R\$ 2.357,08	59,9%	-6,2%	50,1%
82ª	PE-JABOATÃO DOS GUARARAPES	R\$ 2.042,79	R\$ 2.628,15	R\$ 2.171,77	28,7%	-17,4%	6,3%
83ª	SP-JACARÉÍ	R\$ 5.481,18	R\$ 5.208,22	R\$ 4.776,73	-5,0%	-8,3%	-12,9%
84ª	CE-SOBRAL	R\$ 1.047,83	R\$ 1.478,49	R\$ 1.536,83	41,1%	3,9%	46,7%
85ª	RJ-NOVA FRIBURGO	R\$ 1.496,51	R\$ 1.697,51	R\$ 1.792,68	13,4%	5,6%	19,8%
86ª	PI-TERESINA	R\$ 1.024,73	R\$ 1.610,12	R\$ 1.557,74	57,1%	-3,3%	52,0%
87ª	MG-IPATINGA	R\$ 3.599,23	R\$ 3.964,47	R\$ 3.294,64	10,1%	-16,9%	-8,5%
88ª	SP-HORTOLÂNDIA	R\$ 4.699,16	R\$ 5.782,34	R\$ 5.595,88	23,1%	-3,2%	19,1%
89ª	GO-RIO VERDE	R\$ 1.524,45	R\$ 2.463,76	R\$ 2.427,36	61,6%	-1,5%	59,2%
90ª	SC-GASPAR	R\$ 1.555,56	R\$ 2.430,52	R\$ 2.431,47	56,2%	0,0%	56,3%
91ª	PE-GOIANA	R\$ 1.671,49	R\$ 2.835,02	R\$ 2.880,25	69,6%	1,6%	72,3%
92ª	RS-ERECHIM	R\$ 1.733,67	R\$ 2.506,95	R\$ 2.576,19	44,6%	2,8%	48,6%
93ª	SP-VINHEDO	R\$ 4.238,02	R\$ 4.806,11	R\$ 4.235,87	13,4%	-11,9%	-0,1%
94ª	MG-NOVA SERRANA	R\$ 817,41	R\$ 1.412,55	R\$ 1.619,81	72,8%	14,7%	98,2%
95ª	SP-CAJAMAR	R\$ 3.848,07	R\$ 4.608,18	R\$ 4.358,84	19,8%	-5,4%	13,3%
96ª	RS-SAPIRANGA	R\$ 1.604,14	R\$ 1.979,85	R\$ 1.886,97	23,4%	-4,7%	17,6%
97ª	AL-MACEIÓ	R\$ 1.868,87	R\$ 2.213,39	R\$ 2.211,79	18,4%	-0,1%	18,3%
98ª	MG-MONTES CLAROS	R\$ 1.561,85	R\$ 2.254,13	R\$ 2.256,59	44,3%	0,1%	44,5%
99ª	BA-VITÓRIA DA CONQUISTA	R\$ 949,69	R\$ 1.490,33	R\$ 1.466,37	56,9%	-1,6%	54,4%
100ª	CE-CAUCAIA	R\$ 1.004,17	R\$ 1.747,07	R\$ 1.949,16	74,0%	11,6%	94,1%

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego. Rais 2021

Elaboração: DIEESE

Obs.: Valores deflacionados para base 2021

4.3 AS 50 CIDADES BRASILEIRAS COM MAIOR PARTICIPAÇÃO DO EMPREGO INDUSTRIAL

No presente estudo, a metodologia principal adotada para definição da relevância dos municípios na atividade industrial considerou o critério das cidades com maior volume absoluto de trabalhadores na indústria de transformação. No geral, são municípios grandes e de relevância consolidada para o país. Entretanto, a participação do emprego industrial na ocupação formal total dessas cidades é baixa, dadas a composição do mercado de trabalho e a dinâmica da atividade econômica nessas unidades municipais.

Como contraponto, nessa seção são destacadas as 50 cidades com maior participação do emprego industrial em relação ao total e com volume superior a 5.000 trabalhadores na indústria, na intenção de captar a contribuição desses municípios para a indústria brasileira. Em 2021, foram registrados 395,9 mil trabalhadores nesse conjunto de cidades, situadas em 10 diferentes unidades da Federação, como mostra a Tabela 12.



EM 2021 FORAM REGISTRADOS 395,9 MIL TRABALHADORES NAS 50 CIDADES COM MAIOR PARTICIPAÇÃO DO EMPREGO INDUSTRIAL, SITUADAS EM 10 DIFERENTES UNIDADES DA FEDERAÇÃO

TABELA 12
50 CIDADES COM MAIOR PARTICIPAÇÃO DO
EMPREGO INDUSTRIAL, ACIMA DE 5 MIL
TRABALHADORES - 2002/2012/2021

Ordem Emprego Formal	UF	Município	2002			2012			2021		
			Emprego	Total	%	Emprego	Total	%	Emprego	Total	%
313	PE	LAGOA DO ITAENGA	3.176	3.880	81,90%	5.423	6.997	77,50%	5.373	6.451	83,30%
327	MS	ANGELICA	41	724	5,70%	3.962	5.058	78,30%	5.185	6.403	81,00%
165	PR	MATELÂNDIA	1.608	2.885	55,70%	4.164	6.100	68,30%	9.882	12.300	80,30%
321	AL	SAO JOSE DA LAJE	3.673	4.609	79,70%	4.279	5.525	77,40%	5.268	6.608	79,70%
279	RS	NOVA HARTZ	4.785	5.901	81,10%	5.660	7.284	77,70%	5.944	7.597	78,20%
305	PE	RIO FORMOSO	5.615	6.928	81,00%	5.891	7.348	80,20%	5.463	7.200	75,90%
318	SC	GUABIRUBA	1.418	2.183	65,00%	4.372	6.059	72,20%	5.316	7.427	71,60%
333	PR	JAGUAPITÃ	328	1.738	18,90%	2.780	4.402	63,20%	5.095	7.141	71,30%
240	SP	SANTA GERTRUDES	2.529	3.742	67,60%	4.558	6.924	65,80%	7.070	9.999	70,70%
102	CE	HORIZONTE	7.154	9.562	74,80%	13.390	18.170	73,70%	13.813	19.909	69,40%
324	SC	PRESIDENTE GETÚLIO	2.068	3.080	67,10%	3.904	5.719	68,30%	5.262	7.709	68,30%
164	SC	POMERODE	5.803	8.295	70,00%	8.976	13.201	68,00%	9.910	14.792	67,00%
290	PE	SIRINHAEM	37	5.912	0,60%	5.282	7.267	72,70%	5.741	8.774	65,40%
334	SP	PRADOPOLIS	3.296	4.215	78,20%	4.463	6.712	66,50%	5.063	7.792	65,00%
272	SC	CAPINZAL	3.833	5.816	65,90%	5.750	9.039	63,60%	6.152	9.835	62,60%
193	RS	CARLOS BARBOSA	4.381	6.977	62,80%	6.679	11.047	60,50%	8.670	13.873	62,50%
281	SC	SÃO JOÃO BATISTA	2.459	3.717	66,20%	6.209	8.705	71,30%	5.921	9.528	62,10%
307	AL	SAO LUIS DO QUITUNDE	5.189	6.402	81,10%	6.704	8.828	75,90%	5.431	8.914	60,90%
91	PE	GOIANA	3.727	10.383	35,90%	6.329	13.012	48,60%	14.511	23.960	60,60%
274	SC	SÃO LOURENÇO DO OESTE	2.946	4.392	67,10%	4.996	8.005	62,40%	6.113	10.162	60,20%
288	BA	SANTO ESTEVAO	1.083	2.419	44,80%	3.363	6.349	53,00%	5.789	9.675	59,80%
96	RS	SAPIRANGA	18.637	25.572	72,90%	16.636	25.628	64,90%	14.159	23.959	59,10%
218	PR	MANDAGUARI	1.814	4.956	36,60%	4.154	8.469	49,00%	7.622	12.925	59,00%
202	RS	PAROBE	10.245	13.453	76,20%	10.624	14.877	71,40%	8.219	14.037	58,60%
328	SP	RIO DAS PEDRAS	3.374	6.143	54,90%	5.064	8.755	57,80%	5.176	9.036	57,30%
184	RS	GARIBALDI	4.736	8.189	57,80%	8.024	13.775	58,30%	9.057	15.935	56,80%
114	PR	ROLÂNDIA	5.859	11.772	49,80%	10.187	20.006	50,90%	12.722	22.439	56,70%
94	MG	NOVA SERRANA	8.224	11.378	72,30%	17.447	26.129	66,80%	14.190	25.126	56,50%
332	RS	NÃO ME TOQUE	1.131	3.312	34,10%	4.130	7.276	56,80%	5.130	9.089	56,40%
315	RS	TAPEJARA	1.279	3.159	40,50%	3.629	7.165	50,60%	5.358	9.508	56,40%
162	SC	TIMBÓ	7.926	11.254	70,40%	10.282	16.122	63,80%	10.236	18.362	55,70%
275	PR	CAFELÂNDIA	613	5.631	10,90%	4.505	10.000	45,10%	6.096	11.090	55,00%
90	SC	GASPAR	6.666	11.085	60,10%	12.125	20.397	59,40%	14.627	26.690	54,80%
314	SP	PONTAL	726	4.316	16,80%	2.542	9.298	27,30%	5.372	9.833	54,60%
139	SP	NOVA ODESSA	7.266	11.460	63,40%	10.969	18.407	59,60%	11.610	21.395	54,30%
245	RS	IGREJINHA	6.723	9.288	72,40%	9.493	13.597	69,80%	6.958	12.887	54,00%
309	MG	CLAUDIO	2.646	4.732	55,90%	4.221	7.695	54,90%	5.425	10.147	53,50%
258	RS	DOIS IRMAOS	8.188	10.776	76,00%	8.233	12.572	65,50%	6.472	12.160	53,20%
80	SC	SÃO BENTO DO SUL	13.007	22.525	57,70%	15.059	27.582	54,60%	16.187	30.554	53,00%
231	SP	PEDREIRA	5.540	9.027	61,40%	7.209	13.505	53,40%	7.339	13.854	53,00%
226	SP	GUAÍRA	1.414	6.647	21,30%	3.748	12.103	31,00%	7.446	14.056	53,00%
263	RS	FLORES DA CUNHA	3.861	6.558	58,90%	4.973	9.384	53,00%	6.425	12.132	53,00%
239	MG	OURO BRANCO	4.269	10.541	40,50%	7.509	16.873	44,50%	7.123	13.573	52,50%
336	SP	LARANJAL PAULISTA	2.279	5.803	39,30%	3.795	8.388	45,20%	5.040	9.776	51,60%
225	RS	PANAMBI	4.507	8.875	50,80%	7.257	13.950	52,00%	7.455	14.519	51,30%
216	SC	GUARAMIRIM	2.783	5.601	49,70%	7.058	12.321	57,30%	7.724	15.094	51,20%
147	SP	BOITUVA	3.753	12.100	31,00%	7.910	18.988	41,70%	10.791	21.287	50,70%
299	SP	CORDEIROPOLIS	2.708	5.418	50,00%	4.771	10.026	47,60%	5.554	10.962	50,70%
276	AL	CORURIBE	8.733	13.311	65,60%	11.812	16.768	70,40%	6.029	11.938	50,50%
108	SC	CAÇADOR	8.827	17.578	50,20%	10.593	22.632	46,80%	13.371	26.502	50,50%

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego. Rais 2021

Elaboração: DIEESE

A alta participação do emprego na indústria dos municípios pequenos implica um tipo diferenciado de desenvolvimento dessas cidades, com maior urbanização, melhores indicadores sociais e dinamização das cidades vizinhas.



“As atividades industriais, delineiam a economia urbana propriamente dita, e intensificam as relações entre a cidade principal com as outras cidades integrantes, tendo em vista que a maior participação do setor industrial não se concentra na cidade principal, porém esta, apresenta uma expansão de serviços para atender a demanda desse conjunto de cidades aumentando de forma significativa a dinâmica da economia urbana” (SANTOS, p. 1208, 2018).

A maioria das cidades que têm maior participação na indústria de transformação está concentrada no Sul do Brasil, em 27 municípios do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, somando 226,1 mil trabalhadores em 2021.

No Paraná, os cinco municípios destacados (Matelândia, Jaguapitã, Mandaguari, Rolândia e Cafelândia) têm grande influência do agronegócio, mas o principal gerador de emprego e renda e dinamizador da economia é a atividade agroindustrial. Em 2021, o emprego formal na indústria de transformação em Matelândia ficou em 80%, diante dos 55,7% observados em 2002. O resultado se deve principalmente à atuação da indústria alimentícia, com a implantação na região da Cooperativa Lar (1999), que tem grande influência no estado. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) municipal passou de 0,483, em 1991, para 0,725, em 2010.

Jaguapitã faz parte da região metropolitana

de Londrina, uma das principais economias do Paraná. A indústria alimentícia representa a principal atividade econômica do município. A fundação da Jaguafrangos, em 1992⁶, impulsionou o crescimento da cidade, que também é conhecida pelo protagonismo em relação à produção industrial de mesas de bilhar. A participação da indústria no emprego formal total foi de 71,3% em 2021, diante de 18,9%, em 2002. Rolândia também é uma cidade da região metropolitana de Londrina e tem a principal atividade voltada para a agroindústria avícola, além da agroindústria sucroalcooleira. A participação do município no emprego industrial em 2021 foi de 56,7%.

Cafelândia, localizada na região metropolitana de Cascavel, também se destaca pelo aumento da participação da indústria de transformação no emprego formal, que atingiu 55% em 2021, diante de 10,9% em 2002. A principal atividade industrial da cidade está atrelada à implantação da Cooperativa Copacol, que atua na produção de alimentos. Mandaguari, na região metropolitana da Maringá, aumentou a participação no emprego industrial de 36,6%, em 2002, para 59%, em 2021. A principal atividade está relacionada com as indústrias química e farmacêutica.

Em Santa Catarina, nos 11 municípios destacados (Guabiruba, Presidente Getúlio, Pomerode, Capinzal, São João Batista, São Lourenço do Oeste, Timbó, Gaspar, São Bento do Sul, Guarapirima e Caçador), já eram altas as participações do emprego industrial. Vale destacar, entre eles, três cidades do Vale do Itajaí: Pomerode, Gaspar e Timbó, que apresentaram menor participação proporcional no emprego industrial,

A MAIORIA DAS CIDADES QUE TÊM MAIOR PARTICIPAÇÃO NA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO ESTÁ CONCENTRADA NO SUL DO BRASIL

⁶Disponível em <https://anais.uel.br/portal/index.php/sinagget/article/download/485/437>

mas aumento no número absoluto de trabalhadores. Timbó registrou 55,7% do emprego na indústria de transformação (10,2 mil trabalhadores) em 2021, destacando-se a produção têxtil e a de máquinas. O município de Gaspar tem 54% do emprego na indústria (14,6 mil trabalhadores) e a principal atividade econômica também está ligada ao setor têxtil. Em Pomerode, a mais importante atividade industrial está ligada à empresa Netzsch, produtora de bombas helicoidais e maior filial do grupo no mundo⁷. Nessa cidade, a remuneração média da indústria de transformação supera a dos demais municípios selecionados (R\$ 3.085,09) e o PIB per capita é de R\$ 81.195,67⁸.

No Rio Grande do Sul, das 11 cidades analisadas, em oito ocorreu redução da participação do emprego na indústria de transformação⁹. Desde 2002, era elevada a participação no emprego industrial nos municípios listados, mas somente em Tapejara, Panambi e Não-Me-Toque aumentou a participação relativa. Em Não-Me-Toque, a participação da indústria de transformação no emprego era de 34,1% em 2002 (1,1 mil trabalhadores) e em 2021 ficou em 56,4% (5,1 mil trabalhadores), a maior parte dos trabalhadores ocupada na fabricação de implementos agrícolas (IBGE, 2021).

No Sudeste, foram destacadas 13 cidades em São Paulo e em Minas Gerais, contabilizando 97,2 mil trabalhadores em 2021. No município paulista de Rio das Pedras 44,5% da atividade industrial está relacionada ao setor de autopeças, por meio da empresa Dongwon Metal e 35,2% ao setor alimentício, devido à presença da Arcor. A

participação do emprego industrial na cidade é de 57,3% e a remuneração média da indústria de transformação é R\$ 3,3 mil.

Destaca-se também a cidade de Santa Gertrudes, pela atividade industrial ligada à cerâmica¹⁰. Em 2021, o PIB per capita do município ficou em R\$ 139,9 mil. Foram contabilizados 7 mil trabalhadores na indústria de transformação (participação de 70,7%), com remuneração média de R\$ 3,8 mil. Já Cordeirópolis faz parte do arranjo produtivo local (APL) de Santa Gertrudes, com 76,9% da atividade industrial também vinculada à cerâmica. A participação do emprego industrial foi de 50,7% em 2021.

No município de Pontal, no estado de São Paulo, 96,1% do valor adicionado da indústria tem relação com produtos alimentícios, principalmente os ligados à cana de açúcar. Em 2021, eram 5,4 mil trabalhadores, com participação de 54,6% no emprego industrial. Já em Guaíra/SP, um dos principais produtores de grãos do estado, 92,7% do valor adicionado da indústria estão ligados aos biocombustíveis e 41% do emprego tem relação com a fabricação de produtos derivados do petróleo. Entre 2002 e 2021, o emprego formal na indústria de transformação aumentou de 1,4 mil trabalhadores (participação de 21,3%) para 7,4 mil trabalhadores (participação de 53%).

Laranjal Paulista é a “Capital Estadual dos Brinquedos” e centro do Arranjo Produtivo Local do segmento, com 60% da economia da cidade relacionada ao respectivo setor¹¹. O emprego industrial passou de 2,3 mil trabalhadores (participação de 39,3%) para 5 mil trabalhadores

⁷ Disponível em: <https://www.nsctotal.com.br/noticias/pomerode-40-dos-trabalhadores-da-cidade-atuam-no-setor-industrial>. Acesso em 26/06/2024

⁸ Cf. portal @Cidades do IBGE.

⁹ Disponível em: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2022/07/21/mais-de-100-mil-pessoas-deixaram-de-trabalhar-em-industrias-no-rs-em-10-anos.ghtml>. Acesso em 27/06/2024

¹⁰ Cf. portal SEADE Municípios.

¹¹ Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/noticia/?16/06/2023/28-mil-habitantes--20-milhoes-de-bonecas--conheca-laranjal-paulista--capital-estadual-do-brinquedo>. Acesso em 27/06/2024

(participação de 51,6%). Em Boituva, a participação do emprego da indústria de transformação aumentou de 31% (2,7 mil trabalhadores) para 50,7% (10,8 mil trabalhadores).

Nos três municípios de Minas Gerais que fazem parte desse grupo, a participação do emprego industrial foi mais reduzida em 2021. Em Nova Serrana, embora a quantidade de trabalhadores tenha aumentado de 8,2 mil, em 2002, para 14,2 mil, em 2021, a participação do emprego industrial caiu de 72,3% para 56,6% nesse período. A cidade concentra o maior polo calçadista daquele estado e influencia diversos municípios vizinhos. Em Claudio, a participação do emprego industrial foi de 53,5% (5,4 mil trabalhadores) em 2021, diante dos 55,9% (2,6 mil trabalhadores) em 2002. A cidade é conhecida por ser o maior polo de fundição e metalurgia da América Latina¹².

Ouro Branco, onde a Gerdau atua na atividade siderúrgica, aumentou a participação do emprego industrial de 40,5% (4,3 mil trabalhadores), em 2002, para 52,5% (7,1 mil trabalhadores) em 2021. A remuneração média da indústria de transformação na cidade foi de R\$ 4,4 mil, enquanto em Claudio e Nova Serrana, alcançam R\$ 1,8 mil e R\$ 1,6 mil respectivamente. É baixa a variação do emprego nessas cidades devido à consolidação das indústrias por um período mais longo.

Na região Centro-Oeste, apenas Angélica, no Mato Grosso do Sul, apresenta as características destacadas. A cidade tinha 5,2 mil trabalhadores na indústria de transformação, em 2021, e participação no emprego de 81%. Em 2002, o município praticamente não tinha atividade industrial. Segundo dados do IBGE, o PIB per capita do município é de R\$ 106,9 mil e o salário médio corresponde a 3,9 salários mínimos. A principal atividade industrial da

cidade está ligada ao setor sucroalcooleiro e tem havido forte incentivo estadual ao desenvolvimento social e à infraestrutura urbana (FERNANDES, 2020).

No Nordeste, há apenas nove municípios com essas características, em Pernambuco, Alagoas, Ceará e Bahia, que somam 67,4 mil trabalhadores. Em Pernambuco, destaca-se Goiana, com saldo positivo de 8,2 mil trabalhadores entre 2012 e 2021, 14,5 mil trabalhadores ao final do período e participação de 60,6% do emprego industrial, reflexo da implantação da Stellantis em 2015. Além da indústria automotiva, a indústria alimentícia também tem grande influência no município, por meio da Companhia Agroindustrial de Goiana (Usina Santa Teresa), ligada à cana de açúcar. O PIB per capita do município é de R\$ 132,7 mil.

Em Rio Formoso, também em Pernambuco, a principal atividade está ligada à indústria alimentícia, especificamente à cana-de-açúcar. A participação da indústria no emprego formal se manteve alta desde 2002, quando a cidade tinha 5,6 mil trabalhadores no setor (81%). Isso se deve à presença, desde 1891, da Usina Cucaú, grande geradora de emprego e renda no município. Já em Sirinhaém, a participação da indústria aumentou expressivamente, atingindo 65,4% e 5,7 mil trabalhadores em 2021 (eram 37 em 2002, quando a participação era de 0,6%). Há grande incentivo público para o desenvolvimento do município e a principal atividade industrial está ligada à fabricação de produtos alimentícios, predominantemente da indústria sucroalcooleira, com destaque para a Usina Trapiche, em operação desde 1887.

Em Alagoas, a indústria sucroalcooleira também é dominante. São José da Laje é sede da Usina Serra Grande S/A, criada em 1894. Entre 2002

¹² Com informações da Prefeitura de Cláudio/MG. Disponível em: claudio.mg.gov.br. Acesso em 27/06/2024

e 2021, a participação no emprego industrial não apresentou grande variação e se manteve perto de 80% da ocupação formal do município. A cidade de Coruripe também se destaca pela atividade industrial ligada à cana-de-açúcar, com a Usina Coruripe, relevante no setor energético. Em São Luís do Quitunde, a Usina Santo Antônio tem impacto significativo na economia da cidade, mas a participação do emprego da indústria de transformação caiu de 81,1% para 60,9%, entre 2002 e 2021.

A pequena Santo Estevão, no Portal do Sertão baiano, sob influência geográfica de Feira de Santana, está ligada ao comércio e à indústria, principalmente calçadista, devido a uma ação do governo municipal de atração de empresas desse ramo. A principal fábrica de calçados foi instalada no município em 2001 e é possível observar o aumento do volume de trabalhadores e da participação do emprego da indústria de transformação: em 2002, eram pouco mais de mil trabalhadores (44,8% do total no município), número ampliado para 5,8 mil (59,8%) em 2021.

Horizonte, no Ceará, faz parte do polo industrial da Região Metropolitana de Fortaleza. Registrou aumento do emprego na indústria de transformação, de 7,2 mil trabalhadores, em 2002, para 13,8 mil, em 2021, mas a participação foi reduzida de 74,8%, em 2002, para 69,4% em 2021. A cidade sediou a fábrica da Troller até 2021, que estava sob controle da Ford e agora se movimenta para ressurgir como fabricante de veículos multimarcas. Conta ainda com a fábrica de calçados Vulcabrás, que emprega pouco mais de 10 mil trabalhadores (AUGUSTO, 2022) e tem expandido a produção, com impacto positivo sobre o emprego e a renda da cidade.

Como visto até aqui, a presença da indústria é relevante e faz diferença na dinâmica econômica desses municípios, mesmo que a geração de empregos seja em escala reduzida. Essa questão pode ser importante para a elaboração de programas e políticas públicas de fortalecimento da atividade industrial em médios e pequenos municípios espalhados pelo Brasil.



A PRESENÇA DA INDÚSTRIA FAZ DIFERENÇA NA DINÂMICA ECONÔMICA DOS MUNICÍPIOS. ESSA QUESTÃO DEVE SER LEVADA EM CONTA NA ELABORAÇÃO DE PROGRAMAS E POLÍTICAS PÚBLICAS DE FORTALECIMENTO DA ATIVIDADE INDUSTRIAL.

5. VALOR ADICIONADO BRUTO DA INDÚSTRIA

Nessa seção, é feita uma análise sobre a evolução/involução do valor adicionado bruto da indústria em cidades selecionadas, considerando as 100 principais, ordenadas de acordo com o número de trabalhadores na indústria de transformação em 2021. A análise do valor adicionado da indústria dos municípios permite acompanhar a contribuição do setor para o PIB da respectiva cidade/região e, dessa forma, analisar os impactos da industrialização para o crescimento ou de que forma a desindustrialização tem impacto negativo sobre as economias municipais e regionais.

Em 2021, o valor adicionado bruto acumulado da indústria nas 100 maiores cidades em empregos industriais foi de R\$ 710,7 bilhões, o que representou variação negativa de 10,1%, na comparação com o valor adicionado acumulado de 2012, que foi de R\$ 790,6 bilhões¹³. Esses números demonstram como o período de recessão econômica influenciou ainda mais a desindustrialização e refletiu negativamente sobre o valor adicionado dessas cidades, em oposição ao aumento de 53,9% observado entre 2002 e 2012, período de forte crescimento econômico¹⁴.

Das 100 cidades analisadas, 61 apresentaram redução do valor adicionado no período da crise econômica, entre 2012 e 2021, e apenas 39 tiveram crescimento. Quando considerado o período anterior, entre 2002 e 2012, o valor adicionado de 95 municípios aumentou e o de cinco outros apresentou redução.

Na cidade de São Paulo, aquela que mais emprega na indústria, o valor adicionado de 2021 foi de R\$ 62,5 bilhões, com redução de 41,9% em relação a 2012, quando o VAB alcançou R\$ 107,5 bilhões. Mesmo com queda significativa do valor adicionado da indústria, a capital paulista segue como a principal cidade em atividade e emprego industrial no país.

O Rio de Janeiro, que mantém a posição de segunda cidade com maior valor adicionado na indústria, também sofreu fortemente os impactos da desconcentração e desindustrialização do Sudeste, com redução de 20,4 pontos percentuais no VAB industrial, entre 2012 e 2021.

As cidades de São Paulo e Rio de Janeiro representavam juntas 24,3% do VAB da indústria (entre as 100 maiores cidades industriais em 2002) e tiveram quedas sucessivas na participação agregada, somando 20,9% em 2012 e 15,2% em 2021, com queda superior a 9 p.p. (pontos percentuais) no intervalo de duas décadas.

Manaus, a terceira cidade em valor adicionado e em empregos industriais, apresentou aumento do valor adicionado em todo o período analisado, avançando 79,6% entre 2002 e 2021. Esse movimento reflete a relevância da Zona Franca de Manaus e corresponde à maior participação relativa entre os 100 maiores municípios industriais, passando de 4,1% para 5,3% no período.

¹³ Valor deflacionado considerando 2021 como ano-base.

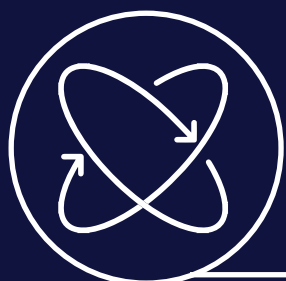
¹⁴ Disponível em <https://anais.uel.br/portal/index.php/sinagget/article/download/485/437>

Em 2021, o município de Camaçari, na Bahia, ocupou a 49ª posição em relação aos empregos na indústria de transformação e a 8ª posição em valor adicionado. Em 2012, o valor adicionado foi de R\$ 6,4 bilhões e o aumento de 146,9% resultou em valor adicionado de R\$ 15,7 bilhões em 2021. O valor adicionado cresceu mesmo com a perda de 7,2 mil empregos no período, devido às atividades industriais de alto valor agregado no Polo Industrial. Em 2021, a Ford anunciou o encerramento das atividades no país e, em 2023, a BYD informou sobre a instalação de uma fábrica na antiga planta da Ford, o que certamente trará novas mudanças para a cidade e a região.

Na cidade de Goiana, em Pernambuco, o valor adicionado saltou de apenas R\$ 604,4 milhões, em 2012, para R\$ 5,1 bilhões, em 2021, com elevação de 744%. O movimento reflete a instalação da Stellantis em 2015, o que contribuiu para

majoração da participação relativa do valor adicionado, que passa de 0,1%, em 2012, para 0,7%, em 2021. A cidade ocupa a 91ª posição em relação aos empregos na indústria de transformação entre os 100 maiores municípios.

É possível, portanto, observar que, mesmo nos períodos de crescimento (2002/2012), houve menor participação proporcional do valor adicionado industrial em boa parte dos municípios, principalmente os da região Sudeste. Algumas indústrias também migraram para o Norte e Nordeste, devido às políticas voltadas ao desenvolvimento regional do país, enquanto outras se deslocaram ou foram implantadas no Sul e Centro-Oeste. Muitos municípios ganharam força e se urbanizaram de forma combinada com a industrialização, como já havia acontecido na segunda metade do século passado (RIBEIRO, 2021).



DIVERSAS INDÚSTRIAS TAMBÉM
MIGRARAM PARA O NORTE
E NORDESTE, ENQUANTO OUTRAS
SE DESLOCARAM OU FORAM
IMPLANTADAS NO SUL E
CENTRO-OESTE.

TABELA 13
VALOR ADICIONADO BRUTO INDUSTRIAL DOS 100
MAIORES MUNICÍPIOS EM EMPREGOS INDUSTRIAIS
(EM R\$ BILHÕES) - 2002/2012/2021

Ordem VAB	Municípios	Ordem Emprego	Trabalhadores	Valor Adicionado Bruto Indústria (em R\$ bilhões)			Variação (%)			Participação (%)		
				2002	2012	2021	2012/2002	2021/2012	2021/2002	2002	2012	2021
1	SP-SÃO PAULO	1º	365.591	81,42	107,54	62,51	32,1	-41,9	-23,2	15,9	13,6	8,8
2	RJ-RIO DE JANEIRO	2º	128.762	43,28	57,42	45,69	32,7	-20,4	5,6	8,4	7,3	6,4
3	AM-MANAUS	3º	110.117	20,99	31,90	37,70	52,0	18,2	79,6	4,1	4,0	5,3
4	PR-CURITIBA	5º	81.419	13,26	22,23	17,64	67,7	-20,6	33,1	2,6	2,8	2,5
5	SP-GUARULHOS	4º	92.180	11,17	18,39	17,04	64,6	-7,3	52,6	2,2	2,3	2,4
6	SP- SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	26º	30.083	17,77	13,28	16,46	-25,3	24,0	-7,4	3,5	1,7	2,3
7	MG-BELO HORIZONTE	11º	52.783	11,39	24,32	16,15	113,5	-33,6	41,7	2,2	3,1	2,3
8	BA-CAMAÇARI	49º	21.085	6,74	6,37	15,72	-5,5	146,9	133,3	1,3	0,8	2,2
9	RJ-DUQUE DE CAXIAS	36º	25.351	5,90	2,02	14,78	-65,7	629,9	150,5	1,1	0,3	2,1
10	MG-BETIM	17º	43.570	6,34	10,07	14,55	58,9	44,6	129,6	1,2	1,3	2,0
11	PR-ARAUCÁRIA	69º	18.057	3,56	- 0,96	14,22	-126,8	-587,7	298,9	0,7	-0,1	2,0
12	SP-SÃO BERNARDO DO CAMPO	7º	70.408	15,34	22,04	13,22	43,7	-40,0	-13,9	3,0	2,8	1,9
13	ES-SERRA	39º	24.297	6,36	6,82	13,15	7,4	92,8	106,9	1,2	0,9	1,9
14	SC-JOINVILLE	6º	79.108	7,75	12,86	11,94	65,9	-7,2	54,0	1,5	1,6	1,7
15	SP-JUNDIAÍ	13º	45.271	6,09	13,10	11,70	115,3	-10,7	92,3	1,2	1,7	1,6
16	SP-SOROCABA	10º	55.886	5,47	12,72	11,42	132,7	-10,3	108,8	1,1	1,6	1,6
17	SP-CAMPINAS	15º	44.920	10,36	14,97	11,14	44,5	-25,6	7,5	2,0	1,9	1,6
18	MG-UBERLÂNDIA	29º	28.148	3,69	9,89	10,58	168,1	6,9	186,7	0,7	1,3	1,5
19	DF-BRASÍLIA	19º	38.909	12,33	16,54	10,24	34,2	-38,1	-17,0	2,4	2,1	1,4
20	SP-PIRACICABA	18º	40.697	4,46	7,97	9,97	78,7	25,1	123,6	0,9	1,0	1,4
21	RS-CAXIAS DO SUL	8º	65.265	6,12	13,05	9,59	113,2	-26,5	56,8	1,2	1,7	1,4
22	MG-IPATINGA	87º	15.100	4,65	6,39	9,20	37,3	44,0	97,7	0,9	0,8	1,3
23	MG-CONTAGEM	12º	47.003	5,66	9,96	9,14	76,0	-8,2	61,6	1,1	1,3	1,3
24	RJ-VOLTA REDONDA	46º	21.696	5,62	6,54	8,51	16,5	30,0	51,4	1,1	0,8	1,2
25	GO-GOIÂNIA	16º	43.731	6,39	11,14	8,48	74,2	-23,8	32,7	1,2	1,4	1,2
26	CE-FORTALEZA	9º	61.791	6,34	12,61	8,47	98,8	-32,8	33,6	1,2	1,6	1,2
27	SP-SANTO ANDRÉ	33º	26.404	6,94	8,25	7,78	18,8	-5,7	12,1	1,4	1,0	1,1
28	PR-SÃO JOSÉ DOS PINHAIS	22º	35.052	5,94	12,65	7,76	113,1	-38,6	30,8	1,2	1,6	1,1
29	SP-MAUÁ	51º	20.490	4,36	4,29	7,76	-1,7	80,8	77,8	0,8	0,5	1,1
30	BA-SALVADOR	35º	25.634	6,72	13,77	7,16	104,9	-48,0	6,6	1,3	1,7	1,0
31	SP-INDAIATUBA	30º	27.846	2,56	4,93	6,77	92,2	37,5	164,3	0,5	0,6	1,0
32	RS-PORTO ALEGRE	28º	29.223	6,20	12,63	6,58	103,6	-47,9	6,1	1,2	1,6	0,9
33	PR-PONTA GROSSA	70º	18.043	2,99	4,88	6,53	63,1	33,8	118,3	0,6	0,6	0,9
34	PE-RECIFE	27º	29.386	8,48	11,25	6,21	32,7	-44,8	-26,8	1,7	1,4	0,9
35	MG-UBERABA	71º	17.880	2,63	4,65	6,13	76,6	31,9	133,0	0,5	0,6	0,9
36	SP-BARUERI	34º	25.834	5,67	8,01	5,74	41,3	-28,3	1,3	1,1	1,0	0,8
37	RJ-MACAÉ	78º	16.324	7,21	11,46	5,54	59,0	-51,7	-23,2	1,4	1,5	0,8
38	SP-RIBEIRÃO PRETO	43º	23.403	3,45	3,82	5,37	10,6	40,8	55,7	0,7	0,5	0,8
39	SP-SUZANO	77º	16.570	4,49	5,17	5,29	15,3	2,3	17,9	0,9	0,7	0,7
40	SP-DIADEMA	20º	38.540	4,82	6,60	5,20	37,0	-21,2	8,0	0,9	0,8	0,7
41	SP-HORTOLÂNDIA	88º	15.098	1,43	5,37	5,18	276,2	-3,5	262,9	0,3	0,7	0,7
42	PE-GOIANA	91º	14.511	0,32	0,60	5,13	91,8	749,0	1528,7	0,1	0,1	0,7
43	SP-JACAREÍ	83º	15.625	4,11	5,10	5,11	24,0	0,2	24,1	0,8	0,6	0,7
44	GO-ANÁPOLIS	23º	32.190	1,84	6,05	4,99	228,7	-17,5	171,1	0,4	0,8	0,7
45	SP-OSASCO	79º	16.228	3,59	5,04	4,96	40,3	-1,5	38,2	0,7	0,6	0,7
46	SP-LIMEIRA	24º	31.708	3,43	5,27	4,85	53,8	-8,1	41,3	0,7	0,7	0,7
47	MG-SETE LAGOAS	50º	21.072	1,57	4,01	4,83	155,1	20,3	206,8	0,3	0,5	0,7
48	SP-RIO CLARO	38º	24.970	2,38	4,67	4,77	96,3	2,1	100,4	0,5	0,6	0,7
49	SP-MOGI DAS CRUZES	67º	18.314	3,61	5,31	4,77	46,9	-10,2	31,9	0,7	0,7	0,7
50	SC-BLUMENAU	14º	45.089	3,61	6,44	4,73	78,3	-26,5	31,0	0,7	0,8	0,7
51	SP-TAUBATÉ	75º	16.805	4,47	9,12	4,62	103,9	-49,4	3,3	0,9	1,2	0,6
52	SP-SUMARÉ	72º	17.606	2,38	5,88	4,54	146,7	-22,8	90,4	0,5	0,7	0,6
53	MG-JUIZ DE FORA	60º	19.345	2,39	4,24	4,53	77,5	6,8	89,6	0,5	0,5	0,6
54	SC-JARAGUÁ DO SUL	21º	35.608	2,91	5,48	4,53	88,1	-17,3	55,6	0,6	0,7	0,6

TABELA 13
VALOR ADICIONADO BRUTO INDUSTRIAL DOS 100
MAIORES MUNICÍPIOS EM EMPREGOS INDUSTRIAIS
(EM R\$ BILHÕES) - 2002/2012/2021

Ordem VAB	Municípios	Ordem Emprego	Trabalhadores	Valor Adicionado Bruto Indústria (em R\$ bilhões)			Variação (%)			Participação (%)		
				2002	2012	2021	2012/2002	2021/2012	2021/2002	2002	2012	2021
55	SP-AMERICANA	41º	23.793	3,56	4,17	4,50	17,1	8,0	26,4	0,7	0,5	0,6
56	AL-MACEIÓ	97º	13.982	2,33	4,54	4,41	94,6	-2,9	88,8	0,5	0,6	0,6
57	MS-CAMPO GRANDE	65º	18.598	2,14	5,75	4,35	168,8	-24,4	103,3	0,4	0,7	0,6
58	PR-LONDRINA	45º	21.876	3,17	4,41	4,35	39,3	-1,5	37,3	0,6	0,6	0,6
59	SC-ITAJAÍ	74º	16.992	1,17	2,50	3,91	113,8	56,6	234,7	0,2	0,3	0,5
60	SP-SÃO CARLOS	55º	19.900	2,68	4,82	3,84	79,3	-20,2	43,2	0,5	0,6	0,5
61	PR-MARINGÁ	32º	27.287	1,72	3,58	3,81	107,9	6,3	121,0	0,3	0,5	0,5
62	BA-FEIRA DE SANTANA	54º	19.929	1,04	3,30	3,70	217,2	12,3	256,0	0,2	0,4	0,5
63	CE-CAUCAIA	100º	13.876	0,68	1,95	3,69	185,2	88,8	438,6	0,1	0,2	0,5
64	SP-COTIA	47º	21.365	1,82	3,84	3,68	110,9	-4,0	102,4	0,4	0,5	0,5
65	CE-MARACANAÚ	31º	27.471	2,47	3,40	3,66	37,6	7,9	48,5	0,5	0,4	0,5
66	GO-APARECIDA DE GOIÂNIA	53º	20.128	1,54	3,48	3,57	126,7	2,5	132,4	0,3	0,4	0,5
67	SP-SÃO CAETANO DO SUL	58º	19.584	6,32	6,94	3,52	9,7	-49,4	-44,4	1,2	0,9	0,5
68	GO-RIO VERDE	89º	14.898	1,14	2,99	3,50	162,2	17,1	206,9	0,2	0,4	0,5
69	PI-TERESINA	86º	15.263	1,95	4,09	3,50	110,5	-14,5	79,9	0,4	0,5	0,5
70	SP-VINHEDO	93º	14.250	1,54	3,53	3,48	128,5	-1,5	125,1	0,3	0,4	0,5
71	SC-CHAPECÓ	25º	30.185	1,03	2,48	3,39	141,7	36,7	230,4	0,2	0,3	0,5
72	RS-GRAVATAÍ	48º	21.261	3,21	6,47	3,31	102,0	-48,9	3,3	0,6	0,8	0,5
73	SP-CAJAMAR	95º	14.164	2,25	3,02	2,96	34,0	-2,1	31,1	0,4	0,4	0,4
74	SP-ITU	76º	16.730	1,48	2,99	2,78	102,2	-7,1	87,8	0,3	0,4	0,4
75	SC-BRUSQUE	37º	25.298	1,42	2,53	2,67	78,4	5,8	88,8	0,3	0,3	0,4
76	PR-CASCADEL	40º	24.016	1,07	2,03	2,65	89,3	30,3	146,7	0,2	0,3	0,4
77	RS-SÃO LEOPOLDO	56º	19.853	1,45	2,38	2,56	64,3	7,3	76,2	0,3	0,3	0,4
78	RN-NATAL	64º	18.634	2,73	4,52	2,56	65,8	-43,5	-6,3	0,5	0,6	0,4
79	RS-BENTO GONCALVES	63º	18.664	1,25	2,67	2,46	113,4	-8,0	96,4	0,2	0,3	0,3
80	SP-ITAQUAQUECETUBA	68º	18.163	0,94	1,96	2,35	107,4	20,2	149,4	0,2	0,2	0,3
81	PE-JABOATÃO DOS GUARARAPES	82º	16.058	1,81	3,48	2,31	92,7	-33,6	28,0	0,4	0,4	0,3
82	RS-NOVO HAMBURGO	44º	22.156	2,36	2,97	2,27	25,9	-23,4	-3,6	0,5	0,4	0,3
83	SC-CRICIÚMA	57º	19.849	1,24	2,57	2,26	106,7	-12,3	81,3	0,2	0,3	0,3
84	SP-ARARAQUARA	73º	17.083	1,81	2,96	2,19	63,8	-25,8	21,5	0,4	0,4	0,3
85	SP-SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	52º	20.465	1,83	2,82	2,15	54,2	-24,0	17,1	0,4	0,4	0,3
86	SP-SERTÃOZINHO	62º	18.699	1,09	2,61	2,11	140,0	-19,2	93,9	0,2	0,3	0,3
87	RS-ERECHIM	92º	14.338	0,75	1,83	2,04	145,3	11,4	173,2	0,1	0,2	0,3
88	SP-SANTA BÁRBARA D' OESTE	66º	18.498	1,27	2,54	2,03	100,9	-20,2	60,3	0,2	0,3	0,3
89	MG-MONTES CLAROS	98º	13.897	1,13	2,20	1,96	95,3	-10,7	74,3	0,2	0,3	0,3
90	PB-CAMPINA GRANDE	61º	18.944	1,24	2,52	1,96	102,5	-22,2	57,6	0,2	0,3	0,3
91	SC-SÃO BENTO DO SUL	80º	16.187	1,15	1,92	1,92	67,1	-0,2	66,7	0,2	0,2	0,3
92	PR-TOLEDO	59º	19.465	0,76	1,51	1,88	99,0	24,7	148,1	0,1	0,2	0,3
93	SP-FRANCA	42º	23.681	1,50	2,48	1,61	65,0	-35,1	7,0	0,3	0,3	0,2
94	RS-SAPIRANGA	96º	14.159	0,64	1,40	1,53	118,2	9,7	139,4	0,1	0,2	0,2
95	SC-GASPAR	90º	14.627	0,47	1,07	1,40	128,1	31,2	199,4	0,1	0,1	0,2
96	PR-ARAPONGAS	81º	16.076	1,00	2,51	1,39	151,2	-44,7	38,9	0,2	0,3	0,2
97	CE-SOBRAL	84º	15.519	1,14	1,51	1,23	32,4	-18,4	8,0	0,2	0,2	0,2
98	BA-VITÓRIA DA CONQUISTA	99º	13.888	0,36	1,11	1,22	204,6	10,1	235,3	0,1	0,1	0,2
99	RJ-NOVA FRIBURGO	85º	15.457	0,74	0,98	0,77	32,6	-21,4	4,3	0,1	0,1	0,1
100	MG-NOVA SERRANA	94º	14.190	0,19	1,10	0,74	466,6	-32,6	281,9	0,0	0,1	0,1
TOTAL			3.185.422	513,54	790,56	710,69	53,9%	-10,1%	38,4	100	100	100

Fonte: IBGE
Elaboração: DIEESE

6. O RETRATO DA INDÚSTRIA NO GRANDE ABC EM 2022

O Grande ABC faz parte da Região Metropolitana de São Paulo. É composto por sete municípios (Diadema, Mauá, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Santo André, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra) e é a principal região industrial do estado de São Paulo. A formação do polo industrial na região foi iniciada na década de 1930 e ganhou impulso nos anos 1950, com a instalação das montadoras de veículos ao longo da via Anchieta. A força estratégica da indústria na região também está relacionada historicamente à proximidade com o porto de Santos, o aeroporto de Guarulhos e as grandes rodovias, além da estrutura ferroviária utilizada desde o final do século XIX.

Como mostra a Tabela 14, o Grande ABC contava, em 2022, com pouco menos de 190 mil trabalhadores (23,3% do emprego formal da região), distribuídos por 6.852 estabelecimentos da indústria de transformação. Se fosse considerado um único município, seria o segundo maior em termos de emprego industrial no Brasil, ficando atrás apenas da cidade de São Paulo. No *ranking* de empregos de 2022, os cinco principais municípios do ABC estão

entre as 100 cidades que mais empregam na indústria.

São Bernardo do Campo é o 7º no ranking brasileiro, com 73,7 mil trabalhadores e remuneração acima da média nacional (R\$ 9.408,27) devido especialmente à presença das maiores montadoras no município. Diadema é o 20º maior município industrial do país, com 41,5% de participação do emprego da indústria de transformação. Santo André ocupa a 36ª posição, com o menor índice de participação do emprego industrial da região (12,2%). Mauá aparece na 54ª posição do ranking brasileiro e tem a segunda maior remuneração média do ABC (R\$ 4.636,14). São Caetano do Sul está na 64ª posição, com 17,1% de participação do emprego industrial em relação ao emprego total no município. As cidades de Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra, cujos territórios ficam integralmente em área de mananciais, têm presença quantitativamente menor de trabalhadores e estabelecimentos industriais, mas, ainda assim, mostram relevante participação do emprego industrial no mercado de trabalho local, com indicadores acima de 30%.

TABELA 14
INDICADORES SELECIONADOS DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO
GRANDE ABC, 2022

Ranking	Municípios	Emprego Industrial	Estabelecimentos	Remuneração Média (R\$)	Participação do emprego industrial (%)
7	São Bernardo do Campo	73.750	1.686	9.408,27	26,1
20	Diadema	40.167	1.549	4.434,74	41,5
36	Santo André	26.723	1.656	4.432,97	12,2
54	Mauá	21.049	922	4.636,14	28,3
64	São Caetano do Sul	19.551	730	4.365,17	17,1
235	Ribeirão Pires	7.668	284	3.357,77	34,2
1129	Rio Grande da Serra	1.071	25	3.282,31	31,3
	Grande ABC	189.979	6.852	6.330,41	23,3

Fonte: Ministério do Trabalho. Rais 2021; IBGE Municípios
Elaboração: Subseção do DIEESE no Sindicato dos Metalúrgicos do ABC

6.1 A INDÚSTRIA DO GRANDE ABC NO PERÍODO 2002/2012/2021

No período de 2002 a 2021, houve retração do emprego na indústria de transformação, com fechamento de 8,9 mil postos de trabalho no Grande ABC (-4,7%). A remuneração média em 2021 era de R\$ 4.278,27, abaixo daquela observada em 2002 (4.673,72). Para se entender as circunstâncias em que ocorreram essas variações, serão considerados dois períodos: o primeiro, de 2002 a 2012, e o segundo, de 2012 a 2021.

A partir dos anos 1980, a ostensiva adoção de políticas neoliberais provocou crise na indústria. Entre outras consequências, a abertura do mercado interno levou ao progressivo aumento da importação de manufaturados e ao fechamento de empresas nacionais sem poder para competir com a entrada dos produtos importados, o que contribuiu para a desconcentração industrial na região e o redirecionamento de investimentos para o interior paulista ou outros estados brasileiros, especialmente Minas Gerais e o Sul do país. Durante os anos 1990, ficou mais evidente que o Brasil passava por um processo de desindustrialização, devido à perda do protagonismo da indústria e ao esvaziamento do Estado nacional como promotor do desenvolvimento.

Algumas iniciativas regionais foram adotadas visando à manutenção do parque industrial do Grande ABC, em meio à forte reestruturação produtiva daquele momento, mas os impactos da transformação econômica do país se entendem até os dias atuais. Vale lembrar que, na década de 1990, foi criada a Câmara Regional do ABC, seguindo os

passos da Câmara Setorial Automotiva estabelecida pelo governo federal em 1992. Também foi criada a Agência de Desenvolvimento Econômico do Grande ABC (1998) e pactuado o Acordo Emergencial do Setor Automotivo (1998), refletindo a importância desse setor produtivo para a região e para a economia brasileira.

Entre 2002 e 2012, houve forte crescimento econômico e a promoção de políticas distributivas, incluindo a elevação do salário mínimo, com impacto em toda a economia. O aumento do emprego formal na indústria de transformação da região foi de 50,8 mil trabalhadores (26,4%), levando ao total de 243,6 mil ao final desse período¹⁵. Quando se observa a renda média do trabalhador¹⁶, verificou-se aumento de 15%, com média salarial de R\$ 5.397,15 em 2012. O valor adicionado da indústria também passou de R\$ 38,5 bilhões em 2002, para R\$ 49,2 bilhões, em 2012, com elevação de 28%.

Como mostra a Tabela 15, entre 2012 e 2021 foi registrado acelerado processo de desestruturação da atividade industrial e redução de 59,8 mil postos de trabalho na indústria do Grande ABC, resultando, ao final, em 183,7 mil trabalhadores em 2021.

A desestruturação ocorreu em quantidade de trabalhadores e em qualidade do emprego, visto que a remuneração média também foi reduzida abaixo do valor observado em 2002¹⁷ (com perda de 20,7%). O mesmo aconteceu com o valor adicionado da indústria no PIB, que baixou 21,9% em relação a 2012, chegando a R\$ 38,50 bilhões, praticamente no mesmo patamar daquele registrado em 2002 (R\$ 38,51 bilhões).

¹⁵Entre 2002 e 2021, o pico do emprego na indústria de transformação ocorreu em 2011, quando o Grande ABC tinha 264,8 mil trabalhadores.

¹⁶Dados de 2002 e 2012 deflacionados pelo INPC.

¹⁷A remuneração média no Grande ABC, em 2021, foi de R\$ 4.278,27 e, em 2002, de R\$ 4.673,72.

TABELA 15
INDICADORES DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO
GRANDE ABC, 2002/2012/2021

Municípios	Trabalhadores			Remuneração Média (R\$)			VAB da Indústria (em R\$ bilhões)		
	2002	2012	2021	2002 ⁽¹⁾	2012 ⁽¹⁾	2021	2002 ⁽¹⁾	2012 ⁽¹⁾	2021
São Bernardo do Campo	82.575	88.463	70.408	5.868,56	6.870,37	5.366,80	15,34	22,04	13,22
Diadema	43.370	57.873	38.540	3.295,91	3.944,81	3.606,19	4,82	6,60	5,20
Santo André	28.573	33.031	26.404	4.031,07	4.687,59	3.764,62	6,94	8,25	7,78
Mauá	16.761	26.463	20.490	4.244,41	4.489,97	4.023,76	4,36	4,29	7,76
São Caetano do Sul	14.527	27.856	19.584	4.630,67	6.120,82	3.195,36	6,32	6,94	3,52
Ribeirão Pires	6.146	8.395	7.202	2.783,79	3.480,05	2.992,83	0,60	0,91	0,87
Rio Grande da Serra	772	1.486	1.126	3.238,23	3.448,93	2.949,56	0,12	0,25	0,16
Grande ABC	192,7	243,6	183,7	4.673,72	5.397,15	4.278,27	38,51	49,29	38,50

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego. Rais 2021

Elaboração: Subseção do DIEESE no Sindicato dos Metalúrgicos do ABC

Nota: (1) Remuneração média e valor adicionado da indústria deflacionados, ano referência 2021

Em São Bernardo do Campo, município que mais emprega na indústria do Grande ABC (70,4 mil trabalhadores em 2021), uma parcela de 53,1% da atividade tinha relação com o setor de veículos automotores, reboques e carrocerias¹⁸ em 2021. Atualmente, a cidade abriga montadoras como a Mercedes-Benz, Volkswagen e Scania, mas já foi “casa” para fábricas como a Toyota, que, em 2023, transferiu a produção para o interior de São Paulo (SP), e a Ford, que encerrou as atividades fabris em 2019. Ainda, em 2014 houve a saída da Rolls-Royce da cidade, empresa de manutenção de motores aeroespaciais.

Entre 2002 e 2021, o saldo negativo de trabalhadores na indústria de transformação de São Bernardo foi de -12,2 mil e, assim, a participação do emprego industrial na ocupação total caiu de 42,4 %, em 2012, para 26,8%, em 2021. Entre 2002 e 2012, a remuneração média dos trabalhadores de São Bernardo passou de R\$ 5.868,56 para R\$ 6.870,37 (com aumento de 17%) e o valor adicionado da indústria no PIB aumentou em 43,7%, mas, em 2021,

os indicadores ficaram abaixo dos registrados em 2002. O movimento de saída das montadoras (Ford e Toyota) foi bastante desfavorável para o município e para todo o Grande ABC, considerando o impacto nas cadeias produtivas regionais (principalmente o setor de autopeças).

Diadema é o segundo município que mais emprega no Grande ABC e tem as atividades vinculadas principalmente aos setores de borracha e material plástico (16%) e produtos químicos (15,4%)¹⁹, com destaque para a fabricação de cosméticos. Em 2002, Diadema contava com 43,3 mil trabalhadores na indústria de transformação, em 2012 eram 58,8 mil, e, em 2021 o número foi reduzido para 38,5 mil trabalhadores (-11,1%). A remuneração média saltou de R\$ 3,2 mil, em 2002, para R\$ 3,9 mil, em 2012 (aumento de 19,7%), e mais tarde, caiu 8,6% em 2021. De fato, mesmo com o destaque para a quantidade de trabalhadores industriais no município, os salários em Diadema estão abaixo da média regional.

¹⁸ Fundação SEADE. SEADE Municípios. Acesso em: 24 mai. 2024.

¹⁹ Fundação SEADE. SEADE Municípios. Acesso em: 24 mai. 2024.

Em Santo André, havia 26,4 mil trabalhadores na indústria de transformação em 2021, com remuneração média de R\$ 3.764,62. Em 2012, eram 33 mil trabalhadores, com remuneração média de R\$ 4.687,59. No mesmo sentido, o valor adicionado da indústria foi de R\$ 6,94 bilhões, em 2002, e R\$ 7,78 bilhões, em 2021, contra R\$ 8,25 bilhões, em 2012. O setor químico e automotivo, com o fabricante de pneus Bridgestone, é muito importante no município.

Em Mauá, sede de dois importantes polos industriais do país, o Polo Petroquímico de Capuava e o Polo de Sertãozinho, o saldo foi positivo em 3,7 mil empregos, entre 2002 e 2021 (chegando a 20,5 mil trabalhadores ao final do período), mas a remuneração média em 2021 (R\$ 4.023,76) foi menor do que a registrada em 2002 (R\$ 4.244,41). Mesmo com a redução dos indicadores de emprego e renda, aumentou o valor adicionado da indústria entre 2012 e 2021, com R\$ 7,8 bilhões, em 2021, diante de R\$ 4,3 bilhões em 2012 - crescimento de 80,8%.

Em São Caetano do Sul, município onde está localizada a General Motors, o número de trabalhadores foi ampliado em 13,3 mil, entre 2002 e 2012, totalizando 27,9 mil ao final do período, mas a crise contribuiu para a perda de 8,3 mil postos, o que fez com em 2021 houvesse 19,6 mil trabalhadores formais na cidade. Também a remuneração média foi maior em 2002 (R\$ 4.630,67) do que em 2021 (R\$ 3.195,36), bem abaixo dos R\$ 6.120,82 registrados em 2012. O valor adicionado da indústria foi de

3,52 bilhões em 2021, diante de 6,94 bilhões registrados em 2012.

Ribeirão Pires, que em 2021 ocupou a 234ª posição no *ranking* de empregos industriais, naquele ano contava com 7,2 mil trabalhadores e renda média de R\$ 2.992,83. Em 2012, as cifras eram superiores, como nas demais cidades: 8,4 mil trabalhadores e renda média de R\$ 3.480,05.

Por fim, Rio Grande da Serra é o município do Grande ABC com a menor quantidade de trabalhadores na indústria de transformação (ocupa a posição 1.119ª nesse *ranking*), com 1,1 mil trabalhadores em 2021 e remuneração média de R\$ 2.949,56. Em 2012, o município tinha 1,5 mil trabalhadores no segmento, com renda média de R\$ 3.448,93.

As cidades que mais contribuíram para que os indicadores médios de emprego da região caíssem, de 2012 para 2021, foram São Bernardo do Campo, Diadema e Santo André. Juntos, esses municípios somavam 80,2% do emprego industrial do ABC em 2002 (154 mil trabalhadores), contra 73,6 % (179,3 mil) em 2012 e 73,7% (135,3 mil) em 2021. Por outro lado, Mauá, São Caetano do Sul, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra conseguiram conter redução ainda maior do emprego industrial na região: em 2021, essas quatro cidades somaram 48,4 mil trabalhadores, diante de 38,2 mil em 2002, com aumento de 26,7% no período. Todavia, esse contingente é 24,6% menor que a cifra de 64,2 mil trabalhadores empregados na indústria ao final de 2012.

AÇÕES COMO A CÂMARA REGIONAL DO ABC,
CONSÓRCIO ABC E AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO
BUSCARAM A MANUTENÇÃO DO PARQUE INDUSTRIAL
NA REGIÃO

Na Tabela 16, é possível observar a redução da participação da indústria de transformação no emprego total nos municípios do Grande ABC e os efeitos da reestruturação produtiva e da desindustrialização na região, especialmente intensificados entre 2012 e 2021. Em 2021, a participação da indústria no emprego ficou em 28,2%, enquanto em 2002 era de 37,1%,

TABELA 16
PARTICIPAÇÃO DO EMPREGO DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO
EM RELAÇÃO AO EMPREGO TOTAL
GRANDE ABC (2002/2012/2021)

Municípios	2002		2012		2021	
	Trabalhadores	%	Trabalhadores	%	Trabalhadores	%
São Bernardo do Campo	82.575	42,4	88.463	31,9	70.408	26,8
Diadema	43.370	59,1	57.873	51,7	38.540	43,1
Santo André	28.573	23,6	33.031	16,1	26.404	13,0
Mauá	16.761	44,8	26.463	40,0	20.490	30,0
São Caetano do Sul	14.527	13,2	27.856	23,3	19.584	18,7
Ribeirão Pires	6.146	43,2	8.395	35,5	7.202	33,2
Rio Grande da Serra	772	33,6	1.486	39,3	1.126	33,0
Grande ABC	192.724	37,1	243.567	34,0	183.754	28,2

Fonte: Ministério do Trabalho. Rais 2021; IBGE Municípios
Elaboração: Subseção do DIEESE no Sindicato dos Metalúrgicos do ABC



ENTRE 2012 E 2021, VERIFICOU-SE INTENSO PROCESSO DE DESESTRUTURAÇÃO DA ATIVIDADE INDUSTRIAL COM REDUÇÃO DE 59,8 MIL POSTOS DE TRABALHO NA INDÚSTRIA DO GRANDE ABC

7. OS DESAFIOS DA RETOMADA A PARTIR DA NIB

O programa Nova Indústria Brasil (NIB), lançada em janeiro de 2024 pelo governo federal, surgiu como um plano para revitalizar o setor no país. Com um aporte de R\$ 300 bilhões em financiamentos e um conjunto de medidas estratégicas, a NIB promete impulsionar a competitividade, a inovação e a sustentabilidade da indústria nacional.

Antes de entrar no mérito da política, vale ressaltar que o movimento sindical, por meio do Macrossetor da Indústria da CUT (Central Única dos Trabalhadores), teve papel significativo na concepção da Nova Indústria Brasil. Como participante do Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI), o movimento sindical levou para as oficinas de debates, nos diferentes grupos de trabalho, as propostas dos trabalhadores, organizadas no plano Indústria 10+²⁰, e conseguiu reforçar o conceito de reindustrialização

orientado por missões. O movimento defendeu o processo de retomada, vinculado diretamente ao atendimento das demandas urgentes da sociedade brasileira, com o objetivo de garantir a soberania nacional e o fornecimento de bens e serviços essenciais para elevação do padrão de vida da população.

O movimento sindical contribuiu para uma proposta em que a reindustrialização não é um fim, mas um meio para que o país possa alcançar o desenvolvimento social amplo, com o Estado coordenando as ações, sempre a fim de tentar superar os problemas econômicos e sociais do Brasil. Essa concepção representa importante avanço em relação às políticas industriais anteriores²¹, que focavam em setores específicos.

Dessa forma, o eixo central apresentado pela NIB está organizado a partir de seis missões, abrangendo as seguintes áreas:

²⁰O Plano Indústria 10+ é um conjunto de diretrizes e propostas elaborado pelo Macrossetor Indústria da Central Única dos Trabalhadores (CUT), com a participação de mais de 100 dirigentes de sindicatos e confederações de trabalhadores. O plano foi lançado em 2018 e tem como objetivo orientar as políticas públicas para o desenvolvimento da indústria brasileira nos próximos 10 anos.

²¹Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE) 2004 – 2008: Foco no aumento da eficiência econômica e na difusão tecnológica para inovação, competitividade, Sustentabilidade e Integração Internacional; Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP) 2008 – 2010: foi uma tentativa de enfrentar os desafios do desenvolvimento industrial no Brasil. Embora tenha obtido algum sucesso no aumento do investimento e no apoio a sectores específicos, gera debate sobre a eficácia na promoção da competitividade e da inovação no longo prazo; Plano Brasil Maior (PBM) 2011-2014: foco na promoção de investimentos em infraestrutura, educação e pesquisa e desenvolvimento. A indústria brasileira apresentou crescimento nos primeiros anos do plano, mas, a partir de 2014, entrou em crise.

QUADRO 1
MISSÕES ESTRUTURANTES DO PLANO NOVA INDÚSTRIA BRASIL

Missão 1: Cadeias agroindustriais sustentáveis e digitais para a segurança alimentar, nutricional e energética;

Missão 2: Complexo econômico industrial da saúde resiliente para reduzir as vulnerabilidades do SUS e ampliar o acesso à saúde;

Missão 3: Infraestrutura, saneamento, moradia e mobilidade sustentáveis para a integração produtiva e bem-estar nas cidades;

Missão 4: Transformação digital da indústria para ampliar a produtividade;

Missão 5: Bioeconomia, descarbonização e transição energética para garantir os recursos para as futuras gerações;

Missão 6: Tecnologia de interesse para a soberania e a defesa nacional.

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (2024)
Elaboração: Subseção DIEESE Sindicato dos Metalúrgicos do ABC

O MOVIMENTO SINDICAL CONTRIBUIU PARA UMA PROPOSTA EM QUE A REINDUSTRIALIZAÇÃO NÃO É UM FIM, MAS UM MEIO PARA QUE O PAÍS POSSA ALCANÇAR O DESENVOLVIMENTO

A partir dessas missões, a NIB apresenta um conjunto de “metas aspiracionais” traçadas para 2030, que visam alcançar resultados em diversos indicadores e aumentar a participação da indústria no PIB. Alguns exemplos e projeções de resultados:

- Ampliar a participação da produção dos fármacos, medicamentos e dispositivos médicos em até 70%, diante dos atuais 42%;
- Aumentar em 25 pontos percentuais a participação da produção brasileira na cadeia da indústria do transporte público sustentável, atualmente em 59% para ônibus;

- Elevar de 23,5% para 90% a digitalização das empresas industriais;
- Alcançar autonomia na produção de 50% das tecnologias críticas para a defesa.

O movimento sindical entende que perseguir metas dessa natureza pode ser um dos caminhos para alçar o Brasil a uma condição de protagonismo entre os países em desenvolvimento. No entanto, tem manifestado críticas em relação à ausência de meta específica sobre a geração de empregos, assim como o estabelecimento de contrapartidas claras dos setores beneficiados e a devida transparência nos mecanismos de monitoramento da NIB.

QUADRO 2
 AVALIAÇÃO DAS METAS DA NIB PELO MOVIMENTO SINDICAL

Aspecto	Críticas	Proposições
Transparência das metas	Metas genéricas e sem detalhes concretos	Metas mais ambiciosas, específicas e com indicadores de desempenhos claros
Alcance das metas	Metas consideradas pouco ambiciosas	Meta específica de geração de empregos Elevar a participação da Indústria de Transformação no PIB dos atuais 11% para 15% Reduzir e zerar o déficit da balança comercial industrial até 2030
Indicadores de monitoramento	Ausência de indicadores para acompanhar o alcance das metas	Indicadores claros para mensurar o sucesso da política
Metas de emprego	Metas que não consideram os desafios sociais e trabalhistas	Metas que integrem ações elevando a geração de emprego e renda

Elaboração: Subseção DIEESE Sindicato dos Metalúrgicos do ABC

O governo brasileiro havia assumido um compromisso de reatualizar as metas da NIB até abril de 2024. No entanto, até o momento da publicação deste estudo, foram apresentadas as novas metas apenas para a Missão 2, relacionada ao Complexo Econômico-Industrial da Saúde, e para a Missão 4, que trata da Transformação Digital. As novas metas, contudo, não superam as críticas anteriores, mantendo desafios e lacunas que precisam ser resolvidos para atender as expectativas dos diversos setores envolvidos. Essa reavaliação é crucial para aprimorar a política industrial e garantir a efetividade dela no contexto socioeconômico atual.

Todavia, a efetividade ou não do percurso passa necessariamente pelo envolvimento das cidades industriais brasileiras, que concentram grande parte da atividade produtiva do país e têm papel determinante no cumprimento das metas. A

retomada do protagonismo industrial no Brasil vai exigir maior diversificação da matriz produtiva. O potencial avanço em setores de maior valor agregado e de maior densidade tecnológica pode garantir a manutenção e gerar novos tipos de empregos em cidades com tradição industrial. Em um cenário positivo, de indução e incorporação das propostas estabelecidas na política industrial, a capacidade de reação, adaptação ou reorientação dessas cidades será determinante.

Espera-se, assim, que a Nova Indústria Brasileira tenha capacidade para impulsionar o desenvolvimento das cidades industriais brasileiras, auxiliando esses municípios na modernização, reconversão industrial e na resposta às mudanças tecnológicas e à descarbonização exigidas pela transição energética, para geração de novos postos de trabalho, aumento da renda e desenvolvimento local.

No que diz respeito aos investimentos da NIB, foi definido um montante de R\$ 300 bilhões de investimentos para o Plano Mais Produção, a partir de recursos públicos do BNDES, da Embrapii (Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial) e da Finep (Financiadora de Estudos e Projetos), alocados em quatro grandes eixos: a) Indústria Mais Inovadora e Digital, com R\$ 66 bilhões; b) Indústria Mais Verde, com R\$ 12 bilhões; c) Indústria Mais Exportadora, com R\$ 40 bilhões; e d) Indústria Mais Produtiva, com R\$ 182 bilhões, que prometem apoiar projetos voltados à descarbonização da indústria e à transição ecológica; incentivar o acesso das empresas ao mercado internacional e dar apoio à melhoria da produtividade industrial, a partir de créditos, consultorias e ampliação da conectividade de banda larga.

No entanto, para que o plano alcance seu pleno potencial, é fundamental superar alguns desafios. Um dos principais é a falta de conhecimento das empresas, principalmente as de menor porte, sobre as oportunidades disponíveis. Muitas delas não possuem informações suficientes sobre os programas e linhas de crédito oferecidos pelo governo, o que limita o acesso aos recursos.

Outro desafio é garantir que os recursos cheguem efetivamente às empresas que mais precisam. A falta de capilaridade dos programas pode dificultar o acesso das empresas, especialmente as de menor porte. Segundo dados da Rais 2022, as empresas com até 50 trabalhadores representam cerca de 35% da força de trabalho na indústria de transformação e estão espalhadas por todo o Brasil.

Para superar esses desafios, é necessário um esforço conjunto do governo, das empresas e das

entidades de apoio ao setor. O governo precisa ampliar a divulgação das oportunidades disponíveis, simplificar os processos de acesso aos recursos e investir na capacitação das indústrias de pequeno porte para que possam aproveitar ao máximo os benefícios do Plano.

O Plano Mais Produção tem o potencial de ser um grande impulsionador do desenvolvimento da indústria brasileira. Entendemos que o PMP precisa considerar as especificidades das cidades industriais, especialmente aquelas situadas em regiões de industrialização madura. O presente estudo pode auxiliar não apenas na identificação das cidades relevantes e seus entornos, mas direcionar a política industrial para o devido suporte aos elos intermediários, e não somente à "ponta" da cadeia de valor ou às indústrias de base. Com isso, será possível avançar no atendimento de uma relevante diretriz da NIB: a atualização tecnológica das regiões maduras.

Por fim, considerando as características e potencialidades das cidades industriais brasileiras, a NIB pode e deve cumprir seu papel. O desempenho positivo da política pode atrair novos investimentos para essas cidades e respectivas regiões, fortalecendo indústrias e elevando a arrecadação de tributos para os essenciais investimentos em infraestrutura, saúde e educação e em outras diferentes políticas públicas que beneficiam diretamente toda a população.

A NIB TEM POTENCIAL PARA FORTALECER AS CIDADES INDUSTRIAIS, MAS EXISTEM DESAFIOS QUE PRECISAM SER ENFRENTADOS.

8. REFERÊNCIAS

AUGUSTO, Philipe. Setor calçadista cearense é fortalecido com ampliação de fábrica em Horizonte. Governo do Estado do Ceará. 24/03/2022. **Desenvolvimento Econômico**. Disponível em: <https://www.ceara.gov.br/2022/03/24/setor-calcadista-cearense-e-fortalecido-com-ampliacao-de-fabrica-em-horizonte/>. Acesso em: 07 jun.. 2024.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Cadastro geral de empregados e desempregados: CAGED**. Brasília, 2024.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Relação Anual de Informações Sociais, ano-base 2022. Brasília, 2024. (Nota Técnica)

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Relação anual de informações sociais: RAIS 2022**. Brasília, 2022.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Relação anual de informações sociais: RAIS 2021**. Brasília, 2021.

CNI. Indústria da Transformação. **Portal da Indústria**. Disponível em: <https://www.portaldaindustria.com.br/industria-de-a-z/industria-de-transformacao/> Acesso em: 05 jun. 2024.

ELLIS, Nick. Conheça a fábrica da Samsung em Manaus, no norte no Brasil. **Notícias**, 23/06/2023, Disponível em: <<https://www.techtudo.com.br/noticias/2012/06/galaxy-siii-ja-esta-sendo-montado-na-fabrica-da-samsung-no-brasil.ghtml>>. Acesso em 26 UM. 2024 às 14h20.

FERNANDES, Paulo de Camargo. Angélica garante do Estado, mais de 56 milhões em investimentos. Agência de notícias do Mato Grosso do Sul, 05 nov. 2020. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ms.gov.br/angelica-garante-do-estado-mais-de-r-56-milhoes-em-investimentos/> . Acesso em: jul. 2024.

FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS (SEADE). Disponível em: <https://municipios.seade.gov.br/>. Acesso em: 24 maio 2024.

G1; RBS TV. Mais de 100 mil pessoas deixaram de trabalhar em indústrias no RS em 10 anos. Disponível em: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2022/07/21/mais-de-100-mil-pessoas-deixaram-de-trabalhar-em-industrias-no-rs-em-10-anos.ghtml>. Acesso em 10 jun. 2024.

GALISI, Juliano. 28 mil habitantes, 20 milhões de bonecas: conheça Laranjal Paulista, Capital Estadual do Brinquedo. **Alesp. Notícias**. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/noticia/?16/06/2023/28-mil-habitantes--20-milhoes-de-bonecas--conheca-laranjal-paulista--capital-estadual-do-brinquedo>. Acesso em: 03 maio 2024.

GENERAL MOTORS. GM completa 10 anos em Joinville com mais de 1,6 milhão de motores produzidos. 27/02/2023. Disponível em: <<https://media.gm.com/media/br/pt/chevrolet/home.detail.html/content/Pages/news/br/pt/2023/feb/0227-joinville.html>>. Acesso em: 26 jun. 2024 às 15h45.

PREFEITURA DE CLAUDIO. **História da cidade**. Claudio, MG: Prefeitura de Claudio, 2024. Disponível em: <https://www.claudio.mg.gov.br/portal/servicos/1002/cidade/>. Acesso em: 10 Jun. 2024.

PREFEITURA DE JUNDIAÍ. Secretaria de Desenvolvimento Econômico. **A força da indústria**. Disponível em: <https://jundiai.sp.gov.br/desenvolvimento-economico/vantagens/a-forca-da-industria/>. Acesso em 26 jun. 2024 às 16h07.

PREFEITURA DE POMERODE: 40% dos trabalhadores da cidade atuam no setor industrial. **NSC Total**. Notícias. Disponível em: <https://www.nsctotal.com.br/noticias/pomero-de-40-dos-trabalhadores-da-cidade-atuam-no-setor-industrial>. Acesso em: 15 jun. 2024.

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS. Secretaria de Inovação e Desenvolvimento Econômico. **Complexo Industrial**. Disponível em: <https://www.sjc.sp.gov.br/servicos/inovacao-e-desenvolvimento-economico/investimento/complexo-industrial/>. Acesso em 26 jun. 2024 às 17h05.

RIBEIRO, C. G.; CARDOZO, S. A.; MARTINS, H. Dinâmica regional da indústria de transformação no Brasil (2000-2017). **Brasileira Revista De Estudos Urbanos E Regionais**, 2023.

SANTOS, Karoline Oliveira. As atividades industriais da região metropolitana de Londrina: caracterização da dinâmica no período 1988-2015. In: I SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA E GESTÃO TERRITORIAL E XXXIV DE GEOGRAFIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA. Londrina, 2018.

SUMMA, Ricardo. Mercado de trabalho e a evolução dos salários no Brasil. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, n. 42, 2015.



2024